



FORMAÇÃO TÉCNICA
AGRONEGÓCIO



**Assistência Técnica e
Extensão Rural**



FORMAÇÃO TÉCNICA

Curso Técnico em Agronegócio

Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONATEC
PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO
ENSINO TÉCNICO E EMPREGO



e-Tec
Brasil



SENAR - Brasília, 2016

S491c

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

Curso técnico em agronegócio: assistência técnica e extensão rural/
SENAR, PRONATEC, Rede e-Tec Brasil. – Brasília (DF): SENAR, 2016. –
(SENAR Formação Técnica)

121 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7664-132-2

1. 1. Agricultura e estado - Brasil. 2. Agronegócio. 3. Extensão rural. I. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. II. Rede e-Tec Brasil. III. Título. IV. Série.

CDU: 630.7

Sumário

Introdução à unidade curricular	7
Tema 1: O Setor Rural no Brasil	11
Tópico 1: Contextualização da realidade rural brasileira	12
1. A realidade rural brasileira	13
2. Estabelecimentos de produção rural	17
3. Classe de produtores rurais no Brasil	18
Encerramento do tema	20
Atividades de aprendizagem	21
Tema 2: Origem, evolução e filosofia da Ater	25
Tópico 1: Origem da extensão rural no Brasil	25
Tópico 2: Fases da extensão rural no Brasil	27
Tópico 3: Princípios e diretrizes que orientam a política nacional de Ater	32
Tópico 4: Conceitos da Assistência Técnica e Extensão Rural	34
Encerramento do tema	36
Atividades de aprendizagem	38
Tema 3: A importância da Ater	42
Tópico 1: Extensão rural e o desenvolvimento da agropecuária brasileira	44
Encerramento do tema	45
Atividades de aprendizagem	45
Tema 4: Métodos de Extensão Rural e Processos de Comunicação Rural	49
Tópico 1: Métodos de Extensão Rural	52

1. Visita técnica	55
2. Dia de campo	56
3. Palestra	58
4. Reunião técnica	59
5. Demonstração de Método (DM) ou Demonstração Técnica (DT)	60
6. Demonstração de resultado (DR)	61
7. Excursão	61
8. <i>Benchmarking</i>	62
Tópico 2: Processos de comunicação rural	63
Tópico 3: Processo educativo	65
Encerramento do tema	68
Atividades de aprendizagem	68
Tema 5: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	73
Tópico 1: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)	73
1. A nova Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural	76
2. Os papéis dos Ministérios	78
3. Programa Nacional de Ater no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)	79
4. A iniciativa privada e a Ater	80
Encerramento do Tema	81
Atividades de aprendizagem	81
Tema 6: Organizações de Ater	85
Tópico 1: Organizações de assistência técnica e extensão rural	86

Tópico 2: Entidades participantes do Sistema Nacional de Ater	87
1. Arcabouço institucional da Assistência Técnica e Extensão Rural	88
Tópico 3: Modelo de Assistência Técnica e Gerencial do SENAR	90
Encerramento do tema	95
Atividades de aprendizagem	95
Tema 7: Boas Práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural	99
Tópico 1: O extensionista e o seu desempenho	99
1. Perfil e atribuições do extensionista	100
2. Capacitação	102
3. Experiências exitosas	103
4. O crédito rural e o serviço de extensão rural	105
Encerramento do tema	110
Atividades de aprendizagem	111
Encerramento da unidade curricular	113
Referências bibliográficas	114
Gabarito das atividades de aprendizagem	116

Introdução à unidade curricular

Vivemos em um país continental com as melhores condições para a produção de alimentos no mundo. Por outro lado, ainda temos uma produção agropecuária com elevada disparidade no uso de tecnologias – há locais com uso de tecnologia avançada e outros muito atrasados. Por isso, temos muito a fazer para o desenvolvimento do meio rural e das famílias que dele dependem.



Fonte: Shutterstock.

Há muitos produtores com pouco ou nenhum preparo técnico e gerencial para aperfeiçoar o uso de suas terras de forma a tirar o máximo proveito delas. Por isso a formação de técnicos para atuação no agronegócio com a capacidade de suprir essa necessidade essencial.

O conteúdo desta unidade curricular visa possibilitar a você uma melhor compreensão da Assistência Técnica e da Extensão Rural (Ater) no Brasil, a fim de estimular sua atuação como agente de mudanças, por meio da difusão de conhecimentos tecnológicos no meio rural.

Assim, o conteúdo desta unidade visa possibilitar a você uma melhor compreensão da Assistência Técnica e da Extensão Rural (Ater) no Brasil, a fim de estimular sua atuação como agente de mudanças, por meio da difusão de conhecimentos tecnológicos no meio rural.

Mas, o que vem a ser extensão rural? Por que instituições públicas devem utilizar o dinheiro dos contribuintes para oferecer esse serviço aos agricultores? Qual a diferença em relação ao conceito de assistência técnica? Como tais serviços evoluíram no Brasil? Qual a legislação brasileira que dispõe sobre esse tema? Como o técnico deve comunicar-se com o homem do campo?

Buscando responder a esses questionamentos e aos objetivos desta unidade curricular, os temas de estudo foram estruturados da seguinte maneira:

Tópico 1 | O setor rural no Brasil

O primeiro tema propõe uma análise do setor rural brasileiro no contexto mundial.

Tópico 2 | Origem, evolução e filosofia da Ater

O segundo tema trata do histórico dos serviços de Ater no Brasil, sua evolução e os princípios que a norteiam.

Tópico 3 | A importância da Ater

O terceiro tema retrata a importância da Ater para o desenvolvimento rural.

Tópico 4 | Métodos de extensão rural e processos de comunicação rural

No quarto tema você verá as principais técnicas utilizadas pela extensão para a difusão de tecnologias e como ocorre o processo de comunicação e sua contribuição no processo educativo rural.

Tópico 5 | Política nacional de Ater

O quinto tema procura mostrar que a legislação já regulava tais serviços antes da sua institucionalização efetiva a nível nacional, e apresenta cronologicamente como a legislação brasileira tratou os serviços de assistência técnica e extensão rural ao longo do século XX e do atual.

Tópico 6 | Organizações de Ater

O sexto tema aborda como a Ater está organizada atualmente no país.

Tópico 7 | Boas práticas de assistência técnica e extensão rural

No sétimo e último tema faremos uma abordagem das melhores práticas de Ater.



Objetivos de aprendizagem

Assim, ao final dos estudos desta unidade curricular, você estará apto para:

- Reconhecer a realidade rural brasileira.
- Explicar a origem, a evolução e os princípios da extensão rural.
- Reconhecer a importância e os desafios da extensão rural no processo de desenvolvimento da agricultura brasileira.
- Elencar as principais metodologias da extensão rural, assim como os processos de comunicação e de organização das comunidades rurais.
- Identificar as políticas agrícolas que tratam da assistência técnica e da extensão rural.
- Reconhecer a atuação das Organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- Descrever o propósito, o processo de organização e o funcionamento das ações extensionistas para o desenvolvimento rural.

Siga em frente com atenção e dedicação e lembre-se de explorar o conteúdo no AVA, assistir às videoaulas e aproveitar os materiais disponíveis na biblioteca do curso. Participe dos fóruns e converse com seus colegas e tutores, trocar experiências enriquecerá seus conhecimentos. E, se tiver qualquer dúvida, conte com a tutoria a distância!

O conteúdo foi organizado em temas e tópicos relevantes para sua atuação profissional. Certifique-se de estudá-los com atenção e, se preciso, conte com o apoio da tutoria a distância desta unidade curricular.

Bons estudos!

01

O setor rural no
Brasil

Tema 1: O Setor Rural no Brasil



Fonte: Shutterstock.

Como o setor rural brasileiro está organizado? Quantos estabelecimentos rurais existem no Brasil? Como eles se classificam quanto a renda dos produtores?

Essas e outras perguntas serão respondidas neste tema. Você conhecerá o perfil dos produtores que são foco da Ater e daqueles que tem condições de contratar sua própria assistência.



Comentário do autor

Com os conhecimentos desenvolvidos neste tema, você será capaz de atingir as seguintes competências:

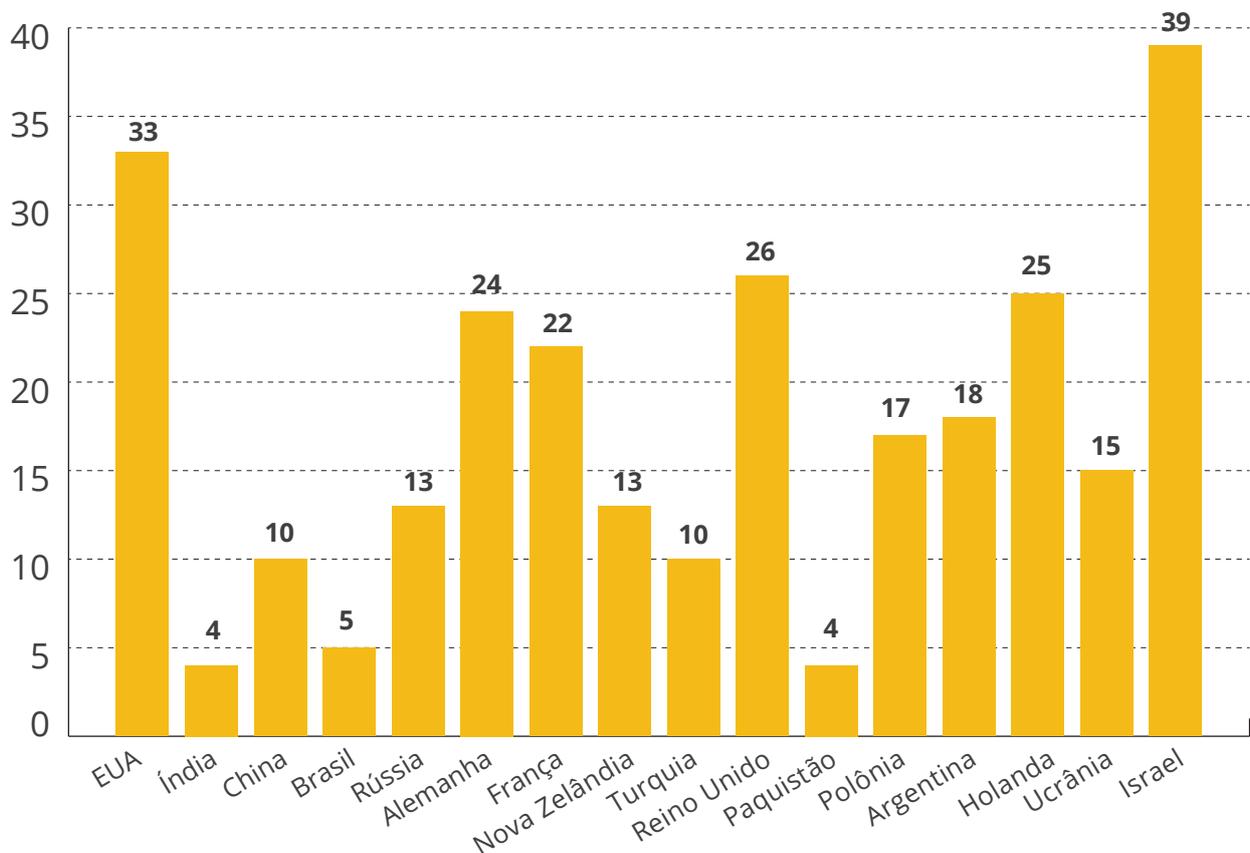
- Conhecer a realidade rural brasileira.
- Compreender a estrutura do setor rural brasileiro.
- Conhecer as necessidades do homem do campo.

Tópico 1: Contextualização da realidade rural brasileira

O Brasil é um país de muitos contrastes quando estamos tratando do meio rural brasileiro. A renda bruta per capta dos produtores é muito variada. Há uma grande concentração de renda nas mãos de poucos produtores.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 78,8% dos produtores tem renda inferior a R\$1.588,00. A atividade leiteira, por exemplo, realizada em 25% dos estabelecimentos brasileiros, tem índices muito baixos de produção e produtividade. São 1.350.000 produtores que produzem, em média, 70 litros por dia. A produtividade da vaca brasileira é muito baixa quando comparada com outros países, como se pode ver no gráfico abaixo.

Litros de leite de vaca/dia



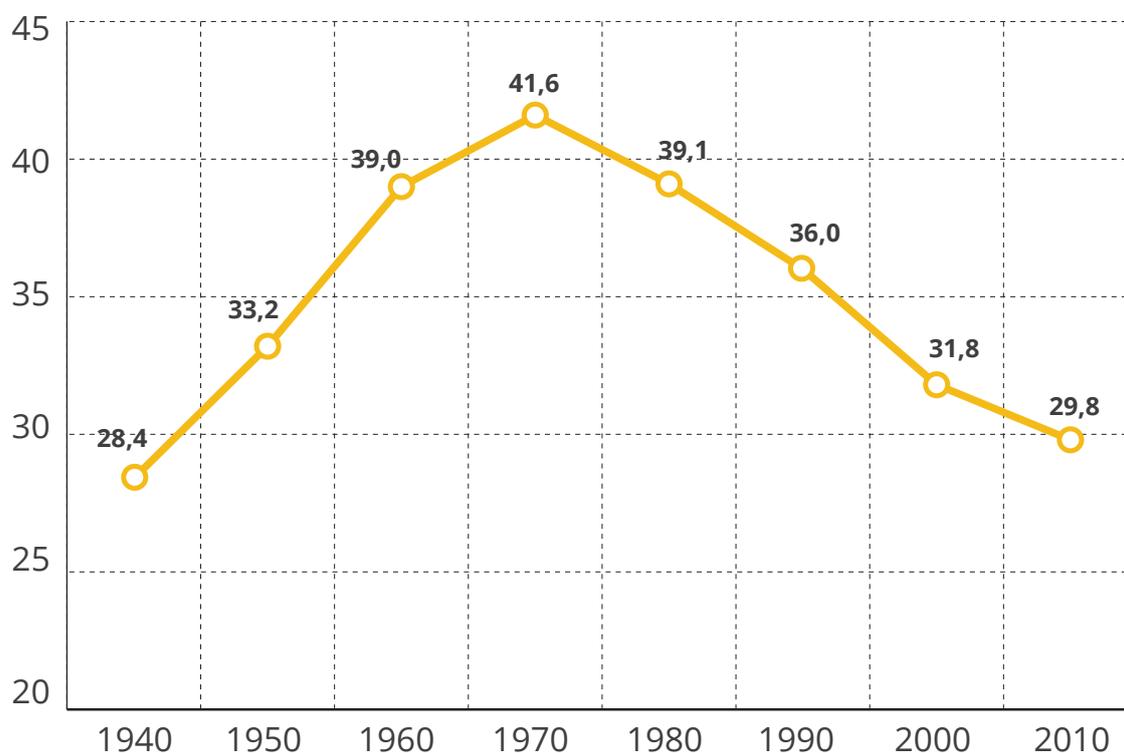
Fonte: FAO (2014).

Nos tópicos a seguir, iremos abordar a realidade rural brasileira, como estão estruturados os estabelecimentos de produção rural e de que forma os produtores estão classificados.

1. A realidade rural brasileira

A população brasileira que vivia no campo em 1970, segundo os dados do Censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 41,6 milhões de habitantes (43%). Já em 2010, eram apenas 29,8 milhões de brasileiros vivendo na zona rural. Considerando que, em 2010, a população brasileira era de 160,9 milhões de habitantes, a população rural foi reduzida significativamente para apenas 15,6% dos habitantes do país. Isso quer dizer que muita gente foi viver nas cidades. Observe esses dados no gráfico a seguir.

População rural brasileira, em milhões de habitantes, de 1940 a 2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

Qual a explicação para um êxodo tão elevado?

As condições de infraestrutura como estradas, comunicação, saúde e educação induzem a migração do homem do campo para as cidades. A Ater pode representar um papel relevante para reduzir essa migração, de forma a promover o desenvolvimento do meio rural brasileiro e melhorar as condições socioeconômicas da família que ali vive e trabalha, por exemplo, buscar a melhoria das condições de estradas; oferecer assistência técnica e promover assistência médica e odontológica nas propriedades; levar informação sobre crédito rural e garantir preços mínimos.

Já, na tabela a seguir, é possível verificar que nas regiões Norte (26,5%) e Nordeste (26,9%) o percentual de população rural é mais elevada e no Sudeste (7,1%) e Centro-Oeste (11,2%) é onde vive menos gente no campo.

Censo Demográfico 2010 - População urbana e rural

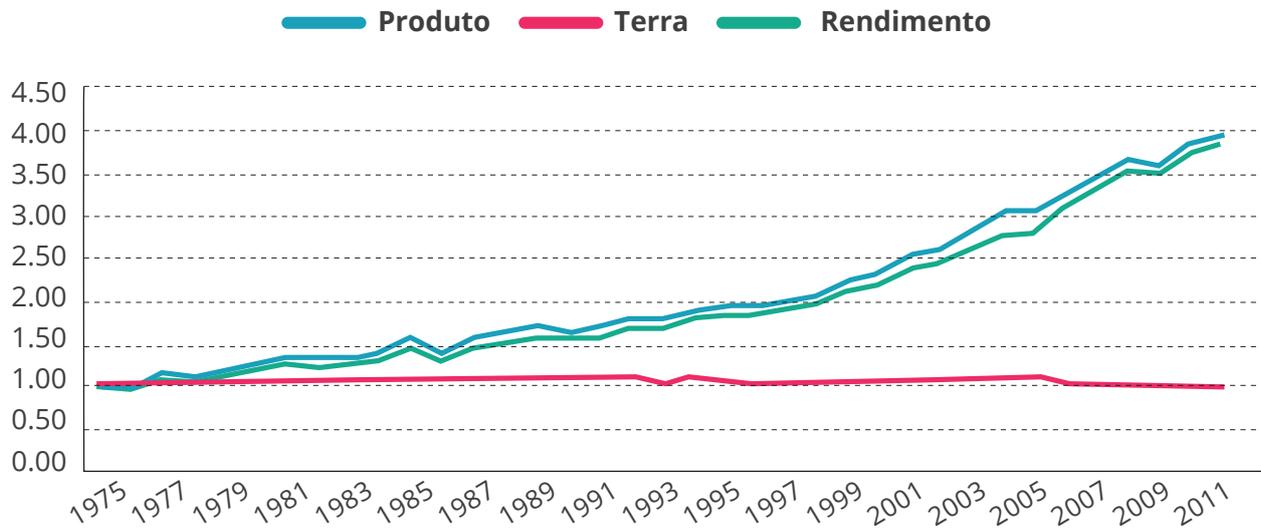
Regiões	Urbana	Rural	% do total	Total
Brasil	160.925.804	29.829.995	15,6	190.755.799
Norte	11.664.509	4.199.945	26,5	15.864.454
Nordeste	38.821.258	14.260.692	26,9	53.081.950
Sudeste	74.696.178	5.668.232	7,1	80.364.410
Sul	23.260.896	4.125.995	15,1	27.386.891
Centro-Oeste	12.482.963	1.575.131	11,2	14.058.094

Fonte: IBGE (2010).

O crescimento da agricultura no Brasil até a década de 1960 se deu pelo crescimento da área cultivada e pela inserção de trabalhadores rurais no processo produtivo, período considerado da agricultura tradicional.

Da década de 1970 em diante o crescimento da produção e sua concentração em poucos estabelecimentos é explicado pela adoção de tecnologia. Os fatores terra e trabalho ficaram menos importantes.

O gráfico a seguir explica o crescimento da produtividade da terra. A produção aumenta e a área cultivada praticamente se mantém a mesma. No período de 1975 a 2011, o rendimento da área cultivada quase quadruplicou.



Legenda: Contribuição da terra e do rendimento para o crescimento do produto

Fonte: Gasques *et al.* (Apresentação Eliseu Alves, Congresso da FAPEG em Goiânia, 2016)

O Brasil é o país que apresenta o potencial mais elevado para a produção de alimentos. Sua dimensão continental (8.500.000 km²), sem restrições climáticas e de topografia, diferentemente de muitos países do mundo, reúne as melhores condições para o cultivo de plantas e a criação de animais. A Austrália, por exemplo, que também é um país continental tem um terço do seu território muito seco, com pouca ou nenhuma condição para produção. Muitos estados dos Estados Unidos da América (EUA), durante vários meses do ano, ficam impossibilitados de produzir em virtude das condições climáticas. No estado de Wisconsin (EUA), por exemplo, a fim de viabilizar o manejo das vacas de leite, faz-se necessário construir instalações muito caras, com elevados investimentos, o que onera sobremaneira a produção, afetando a competitividade da atividade naquele estado.

Na Europa, em vários países, pouco ou quase nada se produz durante seis meses do ano, em virtude da neve. A Rússia é outro país de grande dimensão com grande restrição climática.

Outros países do mundo têm sua capacidade produtiva limitada à sua própria área, como é o caso de Israel ou da Nova Zelândia que possuem pouco espaço para ampliar a produção de forma horizontal. Em Israel o desafio para se produzir é tão grande que uma das formas para se utilizar da água doce é por meio da “dessalinização” da água do mar, o que custa muito para a sociedade. Outro exemplo de dificuldade em Israel é a energia obtida por meio de carvão mineral que precisa ser importado.



Aqui no Brasil, tudo favorece à produção. Além de muita área, temos clima, chuvas e **condições edafoclimáticas** para se produzir alimentos para a toda a população brasileira e com excedentes exportáveis, o que se traduz em uma grande oportunidade para a sustentabilidade do agronegócio.

Fonte: Shutterstock.

Condição edafoclimáticas

O termo condições edafoclimáticas se refere a um conjunto de características relativas ao solo, relevo, clima, intensidade de chuvas e temperatura de uma certa região.

Por isso, o mundo todo está de olho no nosso país. Assim, quando se fala nas projeções de alimentos para 2050, estima-se que 40% de todos os alimentos para o mundo, saiam do nosso território. Quando o Brasil se junta com a Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, a projeção da capacidade de produção de alimentos para suprir o mundo em 2050 passa para 60%.

Um outro comentário relevante está relacionado ao nível de escolaridade do produtor brasileiro. Ainda são muitos os que não sabem ler e escrever, diferentemente da realidade de outros países do mundo desenvolvido.

Em Israel, por exemplo, onde a produção é muito intensificada e os recursos são muitos escassos, a maioria os produtores tem formação superior. Na Nova Zelândia, um dos mais eficientes produtores de leite do mundo, o jovem produtor para ingressar na atividade leiteira tem que passar por uma formação técnica intensiva.

Comentário do autor



Você, como futuro técnico em agronegócio, formado pelo SENAR, poderá ocupar um espaço relevante no **setor produtivo rural brasileiro**, vindo a trabalhar no processo educativo dos produtores ou, até mesmo, substituir aqueles que produzem hoje com ineficiência e que não conseguirão sobreviver por tanto tempo sem a tecnificação.

Um fato, igualmente importante, refere-se à baixa produtividade da terra e da mão de obra, o que impacta diretamente nos custos da produção de modo a impedir renda adequada para as famílias que vivem no meio rural brasileiro. Nestas condições, os mais jovens que deveriam suceder o trabalho nos estabelecimentos rurais se recusam a continuar a atividade dos pais por falta de atratividade econômica. Essa é uma realidade de todo Brasil, mas podemos destacar que nos estados do sul o problema sucessório é ainda mais acentuado. Os mais velhos imigrantes italianos e alemães, predominantes no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, hoje já estão muito sozinhos nas propriedades.

Além disso, em virtude da falta de uma ação forte no desenvolvimento do produtor rural e na promoção social da família, há um processo de empobrecimento nas propriedades.

É comum observarmos ranchos caindo, cercas remendadas e máquinas envelhecidas. Tudo isso é consequência da falta de uma boa gestão técnica e econômica do sistema de produção, seja em uma pequena, média ou grande propriedade. A imagem abaixo ilustra bem muitas propriedades do Brasil.



Muitos produtores, como os de hortaliças, mandioca, galinha caipira, gado bovino de corte ou de leite não conseguem produzir e guardar o valor equivalente à depreciação das benfeitorias, das máquinas e das instalações em sua estrutura orçamentária. Isso quer dizer que se a casa envelhece não haverá dinheiro para reformá-la ou construir uma nova. Se o trator fica velho faltará recurso para trocá-lo. Se a cerca fica enferrujada haverá dificuldade de dinheiro para refazê-la. Por falta de recursos para reformar a pastagem ou plantar forrageiras para utilização nos períodos secos do ano os bovinos deixam de comer e ficam magros, às vezes, chegam a morrer.

Diante do que você viu até aqui, podemos dizer que a assistência técnica e gerencial nas propriedades é urgente, tanto para preservá-las, como para que soluções mais lucrativas cheguem aos produtores.

2. Estabelecimentos de produção rural

Veremos agora alguns dados sobre a estrutura fundiária no Brasil. Segundo o Censo agropecuário de 2006, o Brasil tem 5.185.489 estabelecimentos rurais. Desses, 4,4 milhões declaram produção e utilizam a terra. Há uma grande variabilidade entre os produtores no que se refere ao tamanho da propriedade, ao nível de tecnificação empregada, ao nível de escolaridade e a sua capacidade de investimento.

Esse cenário apresenta o grande desafio ao qual o profissional do Agronegócio terá pela frente ao trabalhar na Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Podemos imaginar que cada um desses milhões de estabelecimentos é conduzido por pequenos, médios e grandes empresários, com realidades completamente diferentes umas das outras. No que se refere a Ater, os dados do Censo de 2006 apontam que 4.030.473 (77,88%) dos estabelecimentos não receberam assistência e apenas 482.452 (9,32%), receberam assistência regularmente, conforme a tabela a seguir.

Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil

Quantidade de estabelecimentos	Não receberam		Receberam regularmente		Receberam ocasionalmente	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
5.175.489	4.030.473	77,88	482,452	9,32	662,564	12,8

Legenda: Atendimentos de Ater nos estabelecimentos rurais do Brasil.
Fonte: Censo IBGE (2006).

Vários diagnósticos da Cadeia do Leite realizados em diferentes estados do país (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, etc.), pelo economista prof. Sebastião Teixeira Gomes da Universidade de Viçosa (em Minas Gerais), evidenciaram o desamparo do setor produtivo no que se refere à assistência técnica.

Leitura complementar



Em 2010, um artigo publicado pelo Prof. Sebastião Teixeira Gomes apontou as evoluções trazidas pelo projeto Educampo, de assistência técnica e gerencial, para a produção de leite de Minas Gerais. Para saber mais sobre o que aconteceu nesse projeto, acesse a biblioteca do AVA e leia o artigo "EDUCAMPO – um projeto que dá lucro.

3. Classe de produtores rurais no Brasil

A classificação econômica norteia o foco das ações de Ater. Mas, como se classificam os estabelecimentos rurais no Brasil? O Censo agropecuário de 2006 (IBGE) nos permite observar que:

- 23.306 estabelecimentos geraram 51% do Valor Bruto da Produção (VBP);
- 500 mil estabelecimentos geraram 87% do valor da produção;
- 3,9 milhões de estabelecimentos ficaram à margem da modernização e geraram 13% do VPB;
- 2,9 milhões são muito pobres, meio salário mínimo de VBP mensal por estabelecimento.

Nas tabelas a seguir, os produtores foram classificados segundo a renda líquida mensal.

Número de produtores por classes econômicas		
Classes	Número de produtores	%
A e B	301 mil	5,8
C	796 mil	15,4
D e E	4,070 milhões	78,8
Total	5,167 milhões	100

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006).

Valor de renda líquida mensal por classes		
Classes	Valor da renda líquida mensal	
	Sem correção	Corrigido
A e B	Acima de R\$4.083,00	Acima de R\$ 6.847,00
C	R\$947,00 a R\$4.083,00	R\$ 1.588,00 a R\$ 6.847,00
D e E	Inferior a R\$947,00	Inferior a R\$ 1.588,00
Não informantes	-	-

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006) - Dados corrigidos pelo IGP/DI (jun. 15).



Comentário do autor

Como pode ser observado, o número de produtores com renda inferior a R\$947,00 representa quase 80%. Isso significa dizer que a necessidade de intervir no processo de produção destes estabelecimentos é uma grande oportunidade. O técnico do Agronegócio, numa ação de Ater, representa o grande “divisor de águas” para mudar esta realidade, aumentando a renda e a qualidade de vida dos produtores e, se necessário, a qualidade dos produtos ofertados por ela.

Encerramento do tema



Fonte: Shutterstock.

Neste primeiro tema você pôde conhecer a realidade rural brasileira, segundo dados levantados pelo IBGE, bem como viu como estão estruturados os estabelecimentos de produção rural brasileiro e como eles são classificados. A partir disso, foi possível compreender a estrutura do setor rural brasileiro como um todo e identificar algumas das necessidades do homem do campo.

Como você viu, o Brasil, em sua dimensão continental, possui uma grande área cultivável, que é beneficiada pelos recursos naturais e clima favoráveis. Já somos um dos maiores produtores de alimento do mundo, e temos ainda muito potencial para crescer. No entanto, o cenário atual revela grandes desafios a serem superados com o valioso auxílio da Ater, como:

- Reduzir o êxodo rural.
- Buscar sustentabilidade à atividade rural brasileira e à produção de alimentos.
- Aumentar a qualidade de vida dos produtores e trabalhadores rurais.

Assim, a realidade que acabamos de ver reforça a importância da formação do técnico em agronegócio, que tem na Ater uma oportunidade sem igual para sua inserção no mercado de trabalho e para fazer a diferença no agronegócio brasileiro. Para isso, é essencial entendermos a história e a filosofia da Ater, assunto que você verá no próximo tema.

Atividades de aprendizagem

1. O Brasil é o país que apresenta o potencial mais elevado para a produção de alimentos, no entanto, a realidade rural brasileira não é apenas de riqueza e prosperidade. Considerando o que você viu sobre o setor rural no Brasil, assinale a alternativa correta:
 - a) O Brasil é um país que tem poucas terras agricultáveis apesar da sua grande dimensão territorial.
 - b) Devido às grandes dimensões, as propriedades rurais brasileiras, em geral, são grandes e muito tecnificadas.
 - c) As ações de Ater no Brasil estão concentradas nas grandes propriedades e empresas rurais.
 - d) A população rural brasileira aumentou entre os anos 1970 e 2010, permitindo o desenvolvimento rural homogêneo.
 - e) Há uma grande diferença de tamanho e grau de tecnificação entre as propriedades rurais brasileiras.
2. As condições de infraestrutura, como estradas, comunicação, saúde e educação induzem a migração do homem do campo para as cidades. A Ater pode auxiliar a diminuir essa tendência por meio de algumas ações. Assinale a alternativa que contém uma ação que pode reduzir a migração da população rural brasileira para os centros urbanos.
 - a) Promover o tabelamento dos preços dos produtos das diferentes cadeias produtivas, evitando a competitividade.
 - b) Realizar menos ações de assistência técnica nas propriedades e promover eventos de Ater para a comunidade.
 - c) Buscar melhorar as condições das estradas, o que viabiliza o acesso das pessoas e o escoamento da produção.
 - d) Realizar assistência odontológica para as comunidades rurais, evitando a necessidade de atendimento por profissional especializados.
 - e) Oferecer crédito rural e outros serviços em nome dos bancos, garantindo assim a venda por preços mínimos.

3. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o Brasil tem 5.185.489 estabelecimentos rurais, dos quais 4,4 milhões declaram produção e utilizam a terra. Nesses dados, o Censo apresenta um cenário desafiador ao profissional que trabalhar com Ater. Assinale a alternativa que identifica corretamente esse cenário.
- a) Dos mais de 5 milhões de estabelecimentos rurais que declararam produção, 9,32% têm renda inferior a R\$ 1.588,00 e por isso não receberam ações regulares de assistência técnica e extensão rural.
 - b) Dos mais de 5 milhões de estabelecimentos rurais, cerca de 78% são semelhantes no que se refere a tamanho, capacidade de investimento, nível de escolaridade dos trabalhadores e nível de tecnologia.
 - c) Dos 4,4 milhões de estabelecimentos que declararam produção, há uma grande variabilidade de tamanho, nível de tecnificação empregada, nível de escolaridade e capacidade de investimento.
 - d) Dos 5 milhões de estabelecimento rurais que temos no país, 77,8% têm renda superior a R\$ 1.588,00 e com isso possuem capacidade de investimento, o que garante as ações de Ater na propriedade.
 - e) Dos 4,4 milhões de estabelecimentos produtivos, 9,32% não receberam ações de extensão rural e 78,8% receberam assistência técnica com grande frequência ao longo do ano de 2005.
4. Até a década de 1960, o crescimento da agricultura aconteceu com o aumento da área cultivada e da inserção de trabalhadores rurais no processo produtivo. Assinale a alternativa que nomeia corretamente esse período.
- a) Agricultura social.
 - b) Agricultura contemporânea.
 - c) Agricultura trabalhista.
 - d) Agricultura tradicional.
 - e) Agricultura modernista.

5. A classificação econômica dos produtores rurais, baseada no Censo Agropecuário, norteia o foco das ações de Ater. Você pôde observar que quase 80% dos produtores têm renda inferior a R\$947,00. Em uma ação de Ater, qual seria o papel do técnico em agronegócio nestas propriedades?
- a) Dividir o processo de produção em fases, mudando a forma de desenvolver os produtos para aumentar os custos de produção do produtor.
 - b) Intermediar o processo de compra de insumos, alterando a forma de negociar com fornecedores para diminuir os custos do produtor rural.
 - c) Alterar ao processo de produção, aumentando a quantidade de colaboradores na linha de produção para aumentar a oferta de produto.
 - d) Modificar o processo produtivo, aumentando a complexidade do produto final para assim aumentar a renda do produtor rural.
 - e) Intervir no processo de produção, mudando a realidade para aumentar a renda e a qualidade de vida do produtor e trabalhador rural.

02

Origem, evolução e
filosofia da Ater

Tema 2: Origem, evolução e filosofia da Ater

Este tema retrata a história da Ater no Brasil. Nele você verá como e onde este processo começou, em que países ou experiências ela se inspirou e em quais princípios e diretrizes ela tem buscado se orientar. Você conhecerá também os principais conceitos da Ater que foram enunciados ao longo de sua história.



Comentário do autor

Ao final deste tema, espera-se que você possa:

- Entender como surgiu a extensão rural no Brasil.
- Compreender a evolução da Ater desde o seu início.
- Identificar a filosofia que orienta a Ater.

Tópico 1: Origem da extensão rural no Brasil

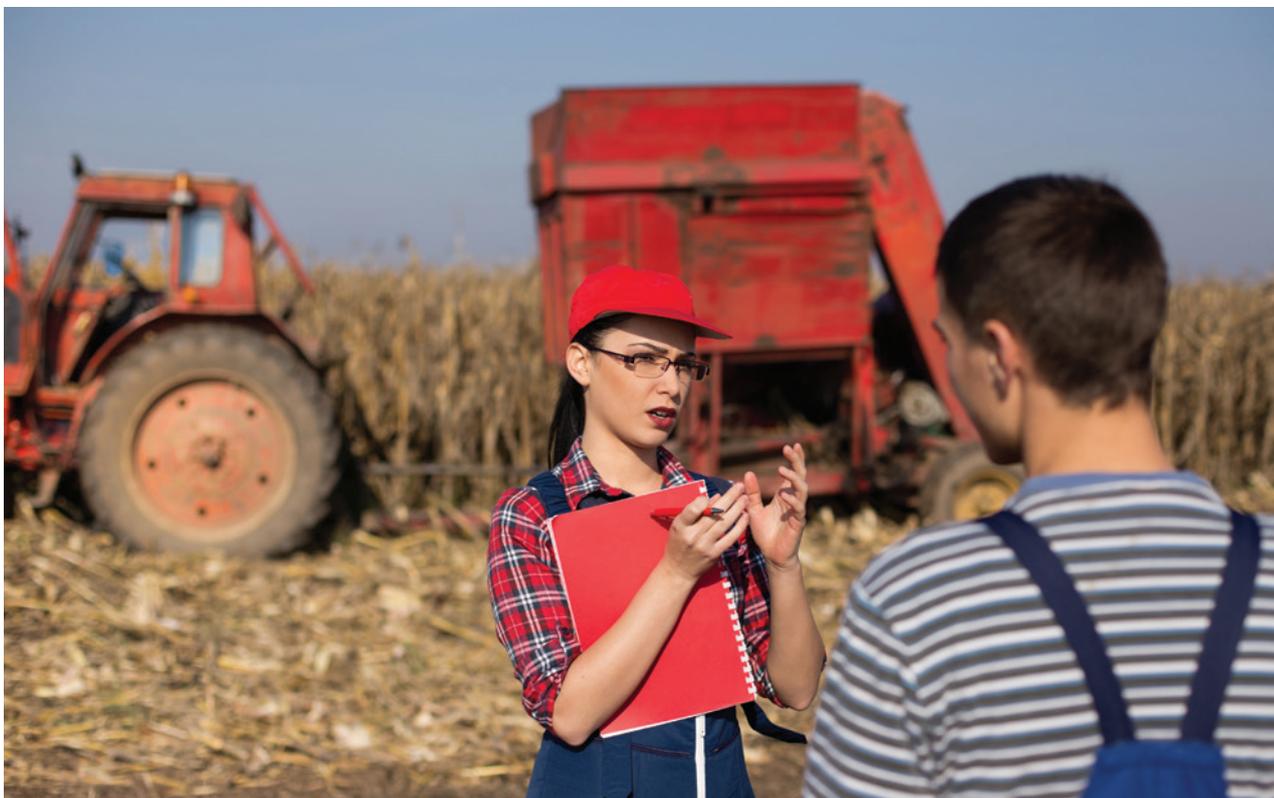
Como surgiu a Ater no Brasil?

A exata origem da Ater no Brasil é dúbia. Admite-se que o Serviço de Extensão Rural foi criado em 6 de dezembro de 1948, com a assinatura do Convênio entre a Associação Internacional Americana (AIA) e o governo do Estado de Minas Gerais. Mas, os pioneiros da Ater atribuem o início do Serviço de Extensão às atividades em Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo, a partir de 1947, também com a participação da AIA.

Há ainda registros de que as primeiras atividades extensionistas no Brasil foram em torno de 1910, em Lavras-MG, realizadas pelo agrônomo, prof. Benjamim H. Hunnicutt, da Universidade Federal de Lavras. Naquela época ele procurou dar cursos e treinamentos aos agricultores, usando algumas metodologias de extensão, tais como aulas, palestras, demonstrações de

resultados, e distribuição de folhetos ao alcance do produtor, com o objetivo de difundir técnicas relacionadas com a escolha de sementes, plantio, espaçamento e colheita para as culturas de milho, arroz e feijão.

Outros admitem que os primeiros passos da extensão se deu em Viçosa em 1929, com a criação da “Semana do Fazendeiro”, que é realizada até os dias de hoje.



Fonte: Shutterstock.

As dificuldades no início foram muitas: o preconceito sobre as mulheres trabalhando junto com os homens no campo, a falta de pessoal habilitado, as estradas intransitáveis, a falta de meios de locomoção e a falta de recursos para implementar o crédito rural brasileiro. O Serviço de Fomento e as Secretarias de Agricultura que tinham sua estrutura montada, rejeitaram o serviço de extensão da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR).

Comentário do autor



O trabalho de extensão, inicialmente era difícil porque havia desconfiança dos beneficiários e até mesmo das pessoas da cidade. E se perguntavam: “Porque querem saber tudo sobre nós? O que produzimos? E quanto produzimos?” Tinham receio que iriam pagar impostos ou que o governo lhes fosse tomar alguma coisa. Assim, um técnico recém-formado podia enfrentar muita resistência para propor as novas tecnologias.

Foi a Acar que introduziu no meio rural mineiro os primeiros fertilizantes químicos e defensivos agrícolas, a vacina da aftosa e o milho híbrido. Além de difundir a tecnologia, os técnicos da Acar tiveram inicialmente que comercializar esses produtos.

Tópico 2: Fases da extensão rural no Brasil

A extensão rural teve origem nos Estados Unidos da América e foi trazida para o Brasil em meados do século XX, seguindo inicialmente os modelos, os objetivos e as práticas da extensão rural norte-americana. Até os dias atuais, a extensão rural no Brasil passou por uma evolução vivendo diferentes momentos no que se refere a forma de atuação, como veremos a seguir.

A primeira fase da extensão rural no Brasil, conhecida como Humanismo Assistencialista, compreendeu o período de 1948 a 1963.

Iniciou-se no estado de Minas Gerais, com a criação da Acar, um serviço de cooperação técnica e financeira americana, que disponibilizava linhas de crédito por meio de um serviço de assistência técnica de forma a repassar aos produtores os produtos e as práticas agrícolas que os enquadrariam na chamada agricultura moderna. A extensão rural torna-se um sistema nacional a partir da criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) em 1956.

Os objetivos de extensão da Abcar, que se estendeu através da Acar nos diversos estados da federação, eram aumentar a produtividade agrícola e proporcionar melhores condições de vida para as famílias rurais por meio do aumento da renda.

Nos escritórios locais da Acar haviam equipes que eram formadas por extensionistas da área agrícola e da área de economia doméstica que se preocupava com as ações de bem-estar social das famílias rurais.

A atuação dos técnicos, apesar de levar em consideração o fator humano, era marcada por uma relação paternalista, ou seja, ela apenas procurava induzir mudanças comportamentais por meio de métodos preestabelecidos, os quais não favoreciam a construção crítica e participativa dos indivíduos assistidos, agindo quase sempre na busca de resultados imediatos.

O público-alvo era preferencialmente os pequenos produtores, mas não havia distinção clara do público atendido. As unidades utilizadas como meios de intervenção eram grupos e comunidades, lideranças comunitárias, a família rural, sua propriedade e jovens rurais organizados em grupos. Aos extensionistas cabia a responsabilidade de promover mudanças de comportamento e mentalidade e supervisionar a aplicação de crédito concedido às famílias. As metodologias utilizadas eram campanhas e programas de rádio, visitas às propriedades rurais, decisões conjuntas para aplicação de recursos de crédito rural, reuniões técnicas, treinamentos, demonstrações técnicas e demonstração de resultados.

A segunda fase que se estendeu de 1964 a 1980, cujas ações dos técnicos de campo tinham abundância de crédito rural subsidiado, foi chamada de Difusionismo Produtivista.

Nessa época, os produtores adquiriam um pacote tecnológico modernizante atrelado ao uso de muito capital subsidiado, investido em máquinas e outros insumos industrializados, como fertilizantes e sementes selecionadas. A Ater servia para inserir o homem do campo dentro das regras da economia de mercado, visando o aumento da produtividade e a mudança da mentalidade dos produtores, do “tradicional” para o “moderno”.



Fonte: Shutterstock.

A extensão atuava com o objetivo de convencer os produtores a adotarem novas tecnologias. Os **conhecimentos empíricos** dos produtores, assim como as suas reais necessidades, não eram considerados. A Ater agia de uma forma protecionista e paternalista.

Conhecimentos empíricos

Conhecimentos baseados na experiência, sem bases científicas.

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) foi criada neste período, quando houve uma grande expansão do serviço de extensão rural no país. Em 1960, apenas 10% dos municípios brasileiros contavam com serviços de Ater. Já, em 1980, a extensão rural atingiu próximo de 80% dos municípios.

Como nesse período o crédito rural era o principal indutor das mudanças, os pequenos agricultores familiares ficavam à margem do serviço de extensão rural. Foi também, na metade dos anos 1970 que as associações de crédito e Ater foram transformadas em empresas estatais. Nesta época, aconteceram mudanças conjunturais, influenciadas por diversos fatores, entre eles a:

- atrelagem do sistema nacional de assistência técnica e extensão rural aos planos de desenvolvimento econômico do governo federal;
- disponibilização de recursos públicos voltados prioritariamente às grandes monoculturas de exportação;
- a especialização produtiva e criação de mercados internos de consumo.



Legenda: Monocultura de cana-de-açúcar, sistema de exploração agrícola concentrado em apenas uma cultura que é destinada para a exportação.

Fonte: Shutterstock.

O público prioritário eram os médios e grandes produtores. Muitos projetos grandes foram realizados. As metodologias utilizadas para difundir tecnologias eram os programas de rádio, as campanhas, dias de campo, reuniões, demonstrações de resultados, palestras e treinamentos, além de visitas técnicas às propriedades.

Na **terceira fase**, compreendida entre 1980 e 1989, devido principalmente ao término do crédito agrícola subsidiado, iniciou-se no país uma nova proposta de extensão rural, que preconizava a construção de uma “consciência crítica” nos extensionistas. Essa fase foi chamada de **Humanismo Crítico**.

O planejamento participativo era um instrumento de ligação entre os assessores e os produtores, com bases na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire.

As mudanças no meio rural contribuíram para a revisão da missão extensionista frente as consequências negativas (sociais e ambientais) da modernização parcial da agricultura brasileira.

A nova filosofia preconiza que as metodologias de intervenção devem se fundamentar nos princípios participativos, levando-se em conta os aspectos culturais dos produtores e de suas famílias.

Na segunda metade dos anos 1980, houve redução do financiamento externo, crise fiscal e diminuição dos investimentos públicos, mas o foco no aumento da produção e na especialização produtiva regional era mantido. Diante disso, iniciam-se mudanças na concepção e na prática da extensão.

A maior diferença da fase do difusionismo produtivista é a participação ativa dos agricultores no período do Humanismo Crítico, por meio de discussões a respeito do desenvolvimento humano e social e do uso de tecnologias apropriadas.



Legenda: Na fase do Humanismo Crítico os agricultores participavam ativamente de discussões sobre desenvolvimento humano e social e do uso de tecnologias apropriadas.

Fonte: Shutterstock.

Apesar da nova orientação para seguir princípios participativos, as empresas de Ater continuavam a atender os pequenos e médios agricultores, deixados de lado pelo processo seletivo de modernização dos anos 1970, tornando-os dependente dos insumos industrializados e subordinados ao capital industrializado.

O grande desafio da época para as instituições de ensino, pesquisa e movimentos sociais era criar meios para colocar em prática as metodologias participativas de Ater de forma a envolver os produtores desde a concepção até a adoção das tecnologias, levando-os a serem partes do processo.

Diante disso, iniciam-se as mudanças na concepção e prática da extensão rural por meio de discussões a respeito da agricultura moderna, do desenvolvimento humano e social, da organização social e política e uso de tecnologias apropriadas.



Legenda: Entrevista com produtores para resgate de dados.

Fonte: SL Consultoria em Agronegócios Ltda. (2016).

Entre 1990 e 2003, período conhecido pela **Diversificação Institucional**, ocorre a extinção da Embrater e do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater). As mudanças ocorridas nesse período, influenciaram a diversificação das organizações, das entidades e das instituições prestadoras de Ater (ONGs, prefeituras, sindicatos, cooperativas, agroindústrias, lojas agropecuárias etc.) na busca por novas fontes de recursos para a intervenção, reivindicação por políticas sociais e criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996.

Esta **última fase**, caracterizada pela criação do Pronaf, é a atual, que foi iniciada em 2000. Ela é caracterizada pela reestruturação da Ater.

Nessa fase, dá-se um maior valor ao gerencial. A visão da produção deixa de ser voltada para a máxima produção e busca o **ótimo econômico**.

Ótimo econômico

É o resultado de uma atividade que permite ao produtor ganhar dinheiro. Isto significa que não basta adotar tecnologias e obter produções elevadas com aumento de despesas sem resultados econômicos.

Para atingir seus objetivos, a partir deste novo modelo, a extensão faz intervenções nas propriedades procurando oferecer ao produtor uma análise econômica, voltada para os resultados. É com base nesta necessidade que o SENAR desenvolveu a partir de 2013 o seu modelo de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG).

Tópico 3: Princípios e diretrizes que orientam a política nacional de Ater

A filosofia do trabalho de extensão tem mudado de acordo com as políticas governamentais. Um exemplo disso foi quando o governo passou a dar ênfase à produção para a exportação em que deixou-se de trabalhar com o pequeno agricultor e passou-se a trabalhar com os grandes agricultores, uma vez que eles podiam adotar tecnologia mais rapidamente e produzir excedentes para a exportação.

Com o advento da política agrícola, o serviço de extensão, voltado para o homem e seus problemas, foi substituído por um serviço preocupado em tirar divisas da agricultura, para movimentar a economia do país. Veja a seguir os princípios e diretrizes que norteiam as ações da assistência técnica e extensão rural pública no Brasil, segundo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo Federal implantada a partir de 2004.

Princípios

- I. Assegurar, com exclusividade, aos agricultores familiares; assentados por programas de reforma agrária; extrativistas; ribeirinhos; indígenas; quilombolas; pescadores artesanais e aquiculturas; povos da floresta; seringueiros; e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar.
- II. Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.
- III. Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.
- IV. Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.
- V. Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

- I. Apoiar ações múltiplas e articuladas de Assistência Técnica e Extensão Rural que viabilizem o desenvolvimento econômico equitativo e solidário, nas comunidades e territórios rurais, levando em conta a dimensão ambiental.
- II. Garantir a oferta permanente e contínua de serviços de Ater, que sejam presentes e atuantes em todas as regiões rurais brasileiras, de modo a atender a demanda de todos os agricultores familiares do país.
- III. Apoiar ações destinadas à qualificação e aumento da produção agropecuária, pesqueira e extrativista, com ênfase à produção de alimentos básicos.
- IV. Assegurar que as ações de Ater contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas.
- V. Privilegiar os Conselhos como fóruns ativos e corresponsáveis pela gestão da Política Nacional de Ater, no âmbito municipal, estadual e federal, de modo a fortalecer a participação dos beneficiários e de outros representantes da sociedade civil na qualificação das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- VI. Desenvolver ações de capacitação de membros de Conselhos ou Câmaras Técnicas de Ater (ou similares), apoiando e incentivando a formação e qualificação dos conselheiros. Promover uma relação de participação e gestão compartilhada, pautada na corresponsabilidade entre todos os agentes do processo de desenvolvimento, estabelecendo interações efetivas e permanentes com as comunidades rurais.
- VII. Desenvolver ações que levem à conservação e recuperação dos recursos naturais do agro ecossistemas e à proteção dos ecossistemas e da biodiversidade.
- VIII. Viabilizar serviços de Ater que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não-governamentais e organizações de agricultores familiares e demais públicos anteriormente citados, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional.
- IX. Estimular a participação da Ater nos processos de geração de tecnologias e inovações organizacionais, em relação sistêmica com instituições de ensino e de pesquisa, de modo a proporcionar um processo permanente e sustentável de fortalecimento da agricultura familiar.
- X. Orientar estratégias que permitam a construção e valorização de mercados locais e a inserção não subordinada dos agricultores e demais públicos da extensão no mercado globalizado, visando gerar novas fontes de renda.

- XI. Garantir que os planos e programas de Ater, adaptados aos diferentes territórios e realidades regionais, sejam construídos a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero, de geração e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais presentes no agro ecossistemas.
- XII. Viabilizar ações de Ater dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão.
- XII. Apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas.

Tópico 4: Conceitos da Assistência Técnica e Extensão Rural

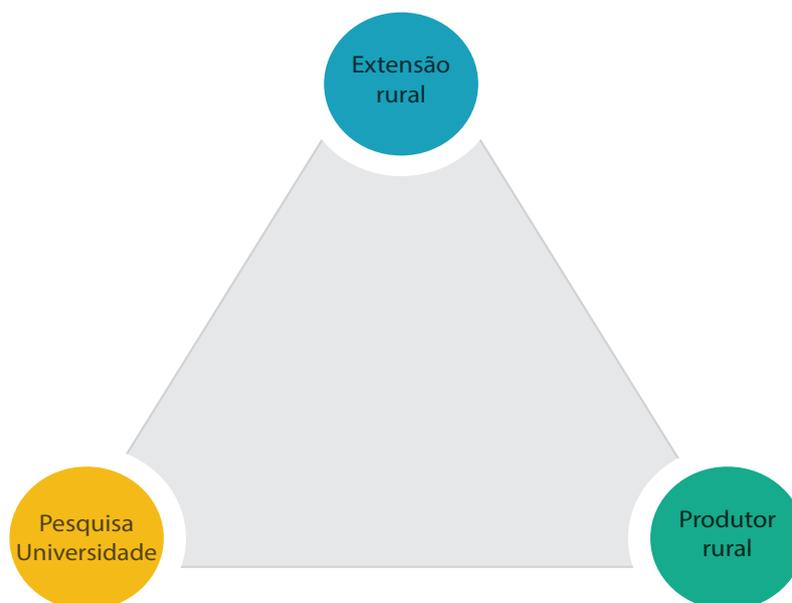
Como descrever a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)? Fique atento pois há diferentes vertentes conceituais da Ater!

De acordo com a Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater), pela Lei 12.188, criada em 11 de janeiro de 2010, a Ater é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processo de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Embora ações extensionistas estejam registradas na antiguidade, o termo teve origem na extensão praticada pelas universidades inglesas na segunda metade do século XIX. No início do século XX, a criação do serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, estruturado com a participação de universidades americanas, conhecidas como *land-grant colleges*, consolidou naquele país pela primeira vez na história uma forma institucionalizada de extensão rural.

O termo extensão rural não é autoexplicativo. Desde a implantação do modelo cooperativo de extensão americano foram muitas as iniciativas de conceituação de extensão rural. Os conceitos evoluíram com o tempo, assim como as mudanças conjunturais e particularidades da dinâmica e estrutura socioeconômica e cultural de cada país. Não é objetivo desta apostila fazer uma revisão bibliográfica dos diversos conceitos disponíveis na literatura. Entretanto, propomos aqui que o termo extensão rural possa ser conceituado de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política.

Como processo - extensão rural significaria, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora (pesquisa/Universidade) ao receptor final, o público rural (produtor rural).



Legenda: Conceito de extensão rural como processo.
 Fonte: Guadagnin (1995).

A Ater, como processo, é o conceito mais aceito e o qual foi concebido desde a sua origem no país. Ele pode ainda ser caracterizado como um processo educativo de comunicação. Neste caso, o agente de extensão atua com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável, levando além de conhecimentos técnicos outros que permitam ao homem do campo e suas famílias melhorarem sua qualidade de vida por meio de ensinamentos relacionados com os hábitos de higiene, alimentação, saúde e, em alguns casos, até mesmo de escolaridade. Os serviços públicos de Ater fazem muitas palestras educativas nas escolas para os jovens produtores, para as mulheres e muitas vezes para toda a família rural.

Atenção

A extensão rural difere-se conceitualmente da assistência técnica pelo fato da assistência não ter, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. As indústrias produtoras de insumos e equipamentos, as lojas agropecuárias e as agroindústrias (processadoras de matéria-prima agropecuária), em geral, prestam serviços melhor caracterizados como assistência técnica, através de suas atividades de vendas, pós-vendas ou de compras, com foco principalmente nos médios e grandes produtores rurais, mais tecnificados e capitalizados, com melhor nível de instrução, e que melhor se enquadram na categoria de agricultores patronais e empresariais.



É baseado no caráter educativo que os serviços de Ater têm sido em geral desempenhados pelas instituições públicas de Ater (Emater e outras), cooperativas e organizações não-governamentais.

O segmento privado que presta assistência técnica aos produtores rurais não tem sido considerado como assistência técnica e extensão rural e, por esta razão, não se conhece sua contribuição efetiva no serviço de Ater como um todo e o seu impacto no desenvolvimento do setor agropecuário.

Para o produtor das classes A e B, com mais recursos financeiros, não se justifica a intervenção pública da extensão rural como meio de redistribuição de renda. Esta categoria possui renda suficiente para contratar suas próprias soluções.

Como instituição ou organização - podemos, neste caso, entender que a Ater se refere às organizações públicas estabelecidas nos estados que prestam serviços de Ater, cuja origem e história serão abordadas no tema 6 desta apostila.

Abaixo, estão relacionados dados da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) e sua abrangência no país:



- abrange os 27 Estados;
- presença em 5.359 municípios (96% do país);
- 16 mil extensionistas e mais de 9 mil profissionais na área administrativa;
- 2,3 milhões de beneficiários (53% do total de agricultores familiares do país).

Como uma política pública - referimo-nos às políticas de extensão rural, traçadas pelos governos (federal, estaduais ou municipais), por meio de dispositivos legais, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas.

No Brasil, o modelo de Ater que prevalece é o público gratuito.

Por isso, nesta unidade curricular focaremos na interface do sentido legal (política) com o sentido institucional (organização). Como veremos, a legislação brasileira faz muitas referências às instituições estatais que prestam serviço de Ater.

Encerramento do tema

Com este tema, você pôde entender como surgiu a extensão rural no Brasil e como aconteceu a sua evolução. Você conheceu as três diferentes fases de atuação da Ater:

1948 a 1963

Neste período se deu a primeira fase da extensão rural no Brasil, conhecida como **Humanismo Assistencialista**.

1964 a 1980

A segunda fase que se estendeu de 1964 a 1980, cujas ações dos técnicos de campo tinham abundância de crédito rural subsidiado, foi chamada de **Difusionismo Produtivista**.

1980 a 1989

A terceira fase, chamada de **Humanismo Crítico**, devido principalmente ao término do crédito agrícola subsidiado e início de uma nova proposta de extensão rural preconizava a construção de uma “consciência crítica” nos extensionistas. O **planejamento participativo** era um instrumento de ligação entre os assessores e os produtores, com bases na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire.

A partir daí, você conheceu também a filosofia da Ater conhecendo os princípios e as diretrizes dispostos pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Viu também os conceitos de Ater, o processo de comunicação e educação e pôde compreender a extensão rural como organização e como política pública.

Com o que você estudou até aqui já é possível entender melhor a importância da Ater para o agronegócio brasileiro, não é? E além de fundamental para o agronegócio, a assistência técnica

ca e extensão rural são muito importantes para o desenvolvimento sustentável do país. Você poderá se aprofundar nesse assunto com o próximo tema. Bons estudos!

Atividades de aprendizagem

1. A implantação do trabalho de extensão rural no Brasil teve um início difícil devido principalmente à desconfiança dos beneficiários e até mesmo das pessoas das cidades. Eles questionavam o porquê de quererem saber sobre sua propriedade, sobre o que e quanto produziam e tinham receio que iriam pagar impostos ou que o governo fosse lhe tomar alguma coisa. Considerando o que você estudou sobre origem da extensão rural no Brasil, leia as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta.
 - a) Admite-se que o serviço de extensão rural no Brasil iniciou em 6 de dezembro de 1948, com a assinatura do convênio entre a Associação Internacional Americana (AIA) e o governo do Estado de Minas Gerais com a criação da Acar.
 - b) Os pioneiros da Ater atribuem o início dos serviços de extensão rural e assistência técnica às atividades em Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo, a partir de 1947, com a participação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater).
 - c) Há registros de que as primeiras atividades extensionistas no Brasil foram em torno de 1980, realizadas pelo prof. Benjamim H. Hunnicutt, que organizava pesquisas sobre plantio e colheita das culturas de milho, arroz e feijão.
 - d) A extensão rural foi criada no Brasil por meio de um projeto conjunto entre os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário em 1980, na mesma ocasião em que a Embrapa foi criada.
 - e) A origem do trabalho com a extensão rural ocorreu com a criação do Departamento de Extensão na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), em Viçosa.
2. Na atual fase da Ater pública, a ênfase está no atendimento participativo ao pequeno agricultor e leva em conta as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA. Marque a alternativa correta sobre o objetivo dessas diretrizes.
 - a) Viabilizar parcerias entre instituições privadas e organizações de agricultores familiares, estimulando a elaboração de eventos municipais e regionais para a promoção de serviços de Ater, assim como a formação de redes solidárias.
 - b) Garantir a participação da Ater nos processos de geração de novas tecnologias para a agropecuária, a partir da parceria com o governo federal e instituições de pesquisa, fortalecendo as grandes propriedades rurais.
 - c) Orientar estratégias que permitam a construção e valorização de mercados locais e a inserção não subordinada dos agricultores e demais públicos da extensão no mercado globalizado, visando gerar novas fontes de renda.

- d) Garantir que os programas de Ater atendam especialmente os territórios e a realidade das regiões com resultados mais expressivos para o agronegócio, independentemente das diversidades e especificidades dos agroecossistemas.
 - e) Realizar ações que levem à consolidação de novas fronteiras agrícolas, elevando a participação do agronegócio no PIB por meio do estabelecimento de políticas públicas alinhadas com o cenário macroeconômico.
3. Em meados do século XX, a extensão rural foi trazida dos Estados Unidos para o Brasil seguindo inicialmente os modelos, objetivos e as práticas da extensão rural norte-americana, mas com o passar do tempo, essas atividades passaram por evoluções vivenciando diferentes momentos em relação a sua forma de atuação. Sobre as fases de evolução da Ater no Brasil, assinale a alternativa correta.
- a) A primeira fase da extensão rural no Brasil, conhecida como Humanismo Crítico, compreendeu o período de 1948 a 1963 e preconizava a construção de uma “consciência crítica” nos extensionistas.
 - b) A segunda fase, conhecida como Humanismo Produtivista, deu-se no período de 1964 a 1979 e incentivou os produtores a adquirir máquinas e outros insumos industrializados como sementes e fertilizantes.
 - c) A terceira fase compreendida entre 1980 a 1989 foi denominada como Diversificação Institucional e promoveu grandes mudanças no meio rural e contribuiu para a revisão da missão extensionista.
 - d) Na quarta e atual fase, iniciada no princípio do século XX, ocorreu a diversificação das organizações, entidades e instituições prestadoras de Ater para promover sua reestruturação.
 - e) A primeira fase, conhecida como Humanismo Assistencialista se deu, no período de 1948 a 1963 com a criação da Acar para prestação de serviços de cooperação técnica e financeira americana.
4. De acordo com a Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater), a Ater é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processo de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Já o segmento privado, que presta assistência técnica aos produtores rurais, não tem sido considerado como assistência técnica e extensão rural e, por esta razão, não se conhece sua contribuição efetiva no serviço de Ater como um todo, assim como o seu impacto no desenvolvimento do setor agropecuário. Sobre a diferença entre extensão rural e assistência técnica, julgue as afirmativas a seguir como verdadeiras ou falsas e assinale a alternativa correta:

- () A extensão rural como processo significa, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora (Pesquisa/Universidade) ao produtor rural.
- () A extensão rural difere-se conceitualmente da assistência técnica pelo fato da assistência não ter, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural.
- () Podemos entender que a Ater, como instituição ou organização, refere-se às organizações públicas estabelecidas nos estados que prestam serviços de Ater.
- () Como uma política pública, referimo-nos às políticas de extensão rural, traçadas pelos governos, através de dispositivos legais, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas.
- () No Brasil, o modelo de Ater que prevalece é o público pago. Com isso, o médio e o grande produtor pagam para receber a Ater para que o pequeno produtor possa recebê-la gratuitamente.

a) V-F-V-F-V

b) V-V-V-V-F

c) F-V-F-V-V

d) F-F-V-V-F

e) V-V-F-V-V

5. Ao estudar o desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural no Brasil, o termo extensão rural pode ser conceituado de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política. Considerando a Ater como instituição ou organização, entendemos que se refere às organizações públicas estabelecidas nos estados que prestam serviços de Ater. Com base nesse conceito, assinale a alternativa que retrata corretamente a dimensão destas instituições:

a) Abrangem os 27 estados da federação e estão presentes em 5.359 municípios (96% do país).

b) Estão presentes nos municípios considerados mais pobres do país, incluindo os estados da região Sul.

c) Possuem seu quadro de profissionais composto por 27 mil extensionistas e 5 mil na área administrativa.

d) Respondem por todos os projetos de assistência técnica do país com foco nos produtores maiores.

e) Beneficiam 100% de agricultores familiares do Nordeste, 90% do Norte e 53% das demais regiões.

03

A importância da
Ater

Tema 3: A importância da Ater

A assistência técnica e a extensão rural têm uma grande importância no processo de educação e desenvolvimento do produtor rural e também para o crescimento do agronegócio. Isso porque as ações de Ater levam consigo as informações sobre novas tecnologias, inovações, pesquisas, entre outros conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento das atividades do agronegócio, especialmente quando falamos de propriedades familiares.

Comentário do autor



Assim, a partir deste tema, espera-se que você possa:

- Identificar a importância da assistência técnica e extensão rural para o desenvolvimento das propriedades rurais brasileiras.
- Compreender os desafios do processo de desenvolvimento rural.

O Brasil tem avançado muito em algumas cadeias produtivas no que se refere à introdução de tecnologias e ao aumento da produtividade. A integração lavoura - pecuária, as cadeias das frutíferas, olerícolas, soja e a avicultura são bons exemplos deste elevado nível de tecnificação.



Legenda: Sistema silvipastoril no sul de Minas Gerais, que combina às árvores, pastagem e o gado na mesma área e ao mesmo tempo para incrementar a produtividade por unidade de área.

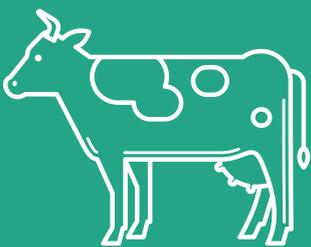
Fonte: SL Consultoria em Agronegócios Ltda. (2016).

Este avanço se tornou mais relevante a partir da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 26 de abril de 1973. No caso da soja, a tabela a seguir revela dados de indicadores da evolução da adoção de tecnologias atuais e projetados para o Brasil.

Avanço da tecnologia na cultura da soja no Brasil			
Período	Ciclo (dias)	Plantas (ha)	Produtividade (kg/ha)
1990/1991	140-150	550	2.400
2011/2012	120-125	250	4.200
2020/2030	110-115	200	8.400

Fonte: Fapeg (2016).

Veja a seguir como a Ater, por meio da difusão e do auxílio à implantação de tecnologias, pode impactar positivamente no desenvolvimento da agropecuária brasileira:



Tecnologias poupam terra e trabalho, que têm custos altos, e surge uma nova organização da produção para poupar esses fatores: a produção de leite, carne e aves, por exemplo, que move os animais para o confinamento e liberam a terra para outras explorações. A mecanização da agricultura também é parte desse novo tipo de organização.



A adoção de tecnologia reduz o custo de produção e aumenta a competitividade, assim o mercado passa a estimular ainda mais a expansão e o desenvolvimento das atividades rurais.



Aumenta a especialização das regiões - em grãos, hortaliças, frutas, gado de corte e leite, avicultura e florestas, - por exemplo para baixar o custo de produção.



A tecnologia melhora a qualidade e o padrão dos produtos do agronegócio, melhorando também a sua sanidade.



A tecnologia elimina o desperdício até o consumidor.



Comentário do autor

Por ser o serviço de maior alcance no meio rural, a Ater exerce papel fundamental no desenvolvimento do homem no campo e se firma cada vez mais como o principal meio de ligação entre as políticas públicas e o agronegócio. A Ater procura adaptar-se ao novo modelo de desenvolvimento sustentável, que exige profissionais diferenciados, os quais possuam conhecimento a respeito de novas tecnologias, mas que também saibam trabalhar com as questões, sociais, institucionais e ambientais.

Você já parou para pensar por que, muitas vezes, o produtor não adota tecnologia? E como tem atuado a Ater em sua região? Existe mercado para o profissional do Agronegócio no meio rural do seu município? Todas essas questões envolvem o trabalho de um profissional da Ater que por sua vez proporciona um grande desenvolvimento da agropecuária brasileira. A seguir, você vai compreender mais sobre essa importância.

Tópico 1: Extensão rural e o desenvolvimento da agropecuária brasileira

Desde a origem da Ater no Brasil, na década de 1940, com a criação da Acar e seu objetivo de fazer extensão rural disponibilizando linhas de crédito ao produtor, e a criação da Embrapa em 1973, nossa agricultura vem se modernizando com ganhos de produtividade e renda para o homem do campo. Desse período até os dias de hoje basta verificarmos o quanto o Brasil melhorou a produtividade da terra.

Como já vimos no primeiro tema desta unidade, de 1970 em diante até 2011, a produção se eleva gradativamente sem aumentar a área de terra plantada. Isso quer dizer que a produtividade da área (quilos de milho e soja por hectare e de outros produtos como arroz e feijão, café, laranja, hortaliças, dentre outros) das diversas cadeias produtivas do agronegócio aumentou significativamente, quase quadruplicando.

Como a população rural também decresceu, a produtividade da mão de obra se elevou, principalmente pela mecanização. A eficiência produtiva melhorou muito, em função das ações da Ater pela intervenção nas propriedades, de modo a levar sementes melhoradas, novas técnicas de plantio e adubação, práticas de controle estratégico de pragas e de conservação do solo e da água.



Fonte: Shutterstock.

Todos esses ganhos estão relacionados diretamente com a otimização econômica do processo produtivo, ou seja, os produtores passaram a produzir mais utilizando menos recursos produtivos como terra, mão de obra e capital em geral.

Outro ponto relevante que demonstra a importância da Ater foram as ações voltadas para o bem-estar social. Os escritórios da Ater desenvolviam ações muito intensas junto às escolas rurais e às famílias do meio rural. Dessa forma não só a renda, como a lucratividade tem se elevado, implicando em ganhos de qualidade de vida para os produtores e sua família.

Encerramento do tema

Neste tema, você viu que as ações e serviços de Ater são capazes de difundir conhecimentos operacionais e gerenciais além de incentivar a adoção de tecnologias que, uma vez utilizadas, são capazes de reduzir os custos de produção e promover a competitividade e a evolução das propriedades rurais. A partir desse desenvolvimento, temos também a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social da população rural.

Com isso, você pôde reconhecer a importância e os desafios da assistência técnica e extensão rural no processo de desenvolvimento das propriedades rurais brasileiras, especialmente da agricultura familiar. No próximo tema, você estudará os métodos utilizados pela Ater para auxiliar os técnicos no processo de difusão de tecnologias.

Atividades de aprendizagem

1. A produtividade é um indicador que pode ser aplicado a qualquer produto do agronegócio. Ela é traduzida pela quantidade produzida em relação à unidade do fator de produção. Por exemplo, podemos medir a eficiência da terra em produção de soja, por cada hectare de terra utilizada, variando os fatores de produção. Assinale abaixo a afirmativa correta:
 - a) A correção e adubação do solo não afetam a produtividade da cultura da soja.
 - b) É possível aumentar a produtividade da soja usando sementes geneticamente melhoradas.
 - c) O aumento da produtividade depende apenas das condições climáticas.
 - d) O Brasil não tem aumentado a produtividade da cultura da soja nos últimos anos.
 - e) Para aumentar a produtividade da soja é preciso apenas controlar as doenças que afetam esta cultura.
2. A adoção de tecnologia no meio rural depende de algumas condições (forças) que estimulem a tomada de decisão pelos produtores. Sobre esse tema, julgue as afirmativas a seguir como verdadeiras ou falsas e assinale a alternativa correta.
 - () Os mercados internos e externos estimulam a expansão da agricultura. A competição determina a adoção de tecnologia para reduzir o custo de produção.
 - () As regiões especializam-se em grãos, hortaliças, frutas, gado de corte e leite, avicultura e florestas para baixar o custo de produção.

- () Pressionados pelos preços da terra e do trabalho, os agricultores adotam tecnologias que poupam terra e trabalho.
- () A lenta mecanização da produção faz parte de uma nova organização para poupar terra e trabalho como a produção de leite, carne e aves que faz em uso do confinamento.
- () A urbanização motiva a tecnologia que elimina o desperdício até o consumidor.

a) V-V-V-F-V

b) V-V-F-V-V

c) F-F-V-V-V

d) F-V-V-F-V

e) V-V-V-V-F

3. A terra, o trabalho, o capital e o conhecimento são os principais fatores de produção das cadeias produtivas do agronegócio. A Ater pode contribuir com o meio rural por meio do aumento da produção e da produtividade, de forma a atuar junto aos produtores e buscar otimizar o uso desses fatores. Sobre a produtividade na produção do agronegócio, assinale a alternativa correta.

a) Para aumentar a eficiência na produção e produtividade é preciso aumentar a área cultivada, desmatando as florestas.

b) Quando os fatores de produção são escassos é preciso contratar mais gente para produzir para reduzir os seus custos.

c) Os produtores não aumentam a produtividade por falta de mais área para cultivar, já que a mão de obra é um fator abundante.

d) Para aumentar a produtividade é preciso “produzir mais com menos”, isto é, procurar aumentar a produção usando menos os recursos.

e) O fator que mais afeta a produtividade das atividades agrícola e pecuária é a fertilidade da terra, já que capital não é fator limitante.

4. O principal objetivo dos serviços de Ater é contribuir para a melhoria da renda do agricultor e a qualidade de vida de suas famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, utilizando mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda de forma sustentável por intermédio de ações de caráter sociais, institucionais e ambientais. Sobre a Ater, assinale a alternativa correta.

- a) O serviço de Ater está presente em todo o país e possui técnicos suficientes para fazer visitas aos produtores.
 - b) Para aperfeiçoar os sistemas de produção basta que os técnicos da Ater façam visitas mensalmente a todos os produtores.
 - c) Os produtores brasileiros dispõem de recursos abundantes para produzir, por isso é preciso apenas contratar mais técnicos de campo.
 - d) A Ater, no Brasil, atende somente os pequenos produtores para contribuir com o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida.
 - e) A Ater pública é a principal ferramenta para contribuir com a melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores brasileiros.
5. O Brasil tem avançado muito em algumas cadeias produtivas no que se refere à introdução de tecnologias e o aumento da produtividade. A integração lavoura - pecuária, as cadeias das frutíferas, olerícolas, milho, soja e a avicultura, são bons exemplos deste elevado nível de tecnificação. Por meio dos trabalhos de pesquisa da Embrapa, associados aos trabalhos de extensão rural, a produtividade no Brasil tem aumentado em todos os produtos. Sobre produtividade da soja no Brasil, assinale a alternativa que retrata a capacidade produtiva atual da soja, em quilos por hectare.
- a) 500 kg/ha
 - b) 1.000 kg/ha
 - c) 2.000 kg/ha
 - d) 3.000 Kg/ha
 - e) Acima de 4.000 kg/ha

04

Métodos de extensão
rural e processos de
comunicação rural

Tema 4: Métodos de Extensão Rural e Processos de Comunicação Rural

Neste tema, você vai conhecer em detalhes os principais métodos ou técnicas utilizadas pela Ater para estimular os produtores a adotar tecnologias. Verá ainda como acontece a comunicação na relação do técnico com o produtor e a relevância da Ater como processo educativo.



Comentário do autor

Assim, ao final deste tema, você será capaz de:

- Compreender a aplicação dos principais métodos de Ater;
- Entender os desafios do processo de comunicação rural.

No processo de decisão, desde o primeiro contato com uma tecnologia até a sua adoção, o produtor, em geral, passa por alguns estágios. O esquema a seguir, proposto por Rogers (2003), é um modelo que explica o que ocorre no processo mental para a adoção de tecnologias.



Legenda: Processo de adoção de tecnologia

Fonte: Adaptado de Rogers (2003).

No **primeiro estágio**, o produtor toma conhecimento de uma tecnologia e pode ser despertado por ela ou ficar indiferente. Por exemplo, uma técnica de plantio de uma nova variedade de milho, recém-lançada pela Embrapa, de elevada produtividade na qual o produtor tomou conhecimento através de um dia de campo.

No **segundo estágio**, após o produtor conhecer e se interessar pela tecnologia, ele inicia uma etapa de julgamento. No caso de um produtor que tem plantado variedades de pouco rendimento, por exemplo, ele pode ter interesse pelo atual lançamento ou pode não se interessar pela novidade e deixar o processo de adoção desta tecnologia.

Na sequência, no **terceiro estágio**, o produtor faz uma avaliação mental e procura comparar o novo com o que é tradicional. Pensando na variedade de milho, o produtor inicia a etapa de avaliação fazendo comparações entre a nova variedade e com a variedade que ele conhecia antes.

O próximo passo, no **quarto estágio**, o produtor procura validar a ideia e este é o momento de oferecer o suporte de modo a oferecer oportunidade para que ele teste e experimente a novidade. Chamamos esse estágio de validação.

Uma vez obtido êxito com o teste, o produtor tem toda a chance de passar para o **quinto estágio** e adotar a nova tecnologia sugerida pela Ater.



Atenção

Também é possível que a experiência do produtor ao testar uma novidade não corresponda à sua expectativa. Neste caso, cabe ao extensionista avaliar os motivos da falha – se técnicos ou do produtor – para resgatar os benefícios da nova técnica sugerida. Fique atento, a adoção de tecnologias é movida, principalmente, pelas necessidades de mercado e de renda dos produtores!

A seguir, veja de forma sintetizada, como o processo de difusão de tecnologias ocorre:



Tópico 1: Métodos de Extensão Rural

Veremos agora as diferentes técnicas para se trabalhar com o produtor no processo de adoção de tecnologias. É preciso conhecê-las bem para saber o momento certo de utilizá-las.

Métodos e técnicas de extensão rural são os meios ou instrumentos utilizados pelos extensionistas para difundir conhecimentos sobre as atividades rurais e a gestão da empresa rural. Para o bom aproveitamento, é essencial que esses métodos e técnicas sejam adequados ao público-alvo.



Fonte: Shutterstock.

Deve-se ter em mente que a relação ideal entre o técnico e o produtor acontece com o diálogo de indivíduo para indivíduo. Desse modo, os métodos devem ser utilizados de forma que se contemple sempre um relacionamento estreito entre ambos.

Com isso, regiões de difícil acesso poderão se comunicar de modo mais fácil com qualquer parte do mundo.

O agricultor deve ser o sujeito de seu próprio aprimoramento. Ele deve ser estimulado a pensar alternativas de soluções que promovam o desenvolvimento de sua realidade. Uma estratégia genérica é, inicialmente, trabalhar com aqueles que levem o conhecimento ao maior público possível, conforme as intenções

do técnico. Os produtores que se manifestarem interessados no assunto seriam, então, reunidos em grupos, o mais homogêneo que se conseguir, e neles seriam trabalhadas as ações de forma a viabilizar o estreitamento das relações entre eles para facilitar a troca de experiências, difundir conhecimentos e tecnologias.

Não existe nenhum método perfeito de difusão para a Ater. Existem diversos métodos e todos têm suas vantagens e desvantagens para cada caso particular de comunicação. Há, por outro lado, a possibilidade de combinar vários desses métodos para obter uma determinada mudança. Para isso, o extensionista deve conhecer todos os métodos de difusão para poder selecioná-los e saber empregá-los de acordo com as suas necessidades de comunicação.

A seleção e o uso dos métodos de difusão em Ater dependem do tipo de **público** com o qual o extensionista deseja se comunicar, do **objetivo** de sua comunicação, da natureza da **mensagem** que se quer comunicar e da disponibilidade de **material**. A difusão de uma variedade de feijão, por exemplo, exige métodos diferentes dos necessários para introduzir um sistema de poda ou de irrigação.

O nível de conhecimento do público e a sua capacidade de leitura determinam o uso e a importância dos métodos escritos em relação aos falados, por exemplo. Comunicar aos agricultores uma situação de mercado requer técnicas muito diferentes das utilizadas para mudar hábitos alimentares, e uma dessas comunicações pode ser mais eficaz se feita por escrito. Além disso, há diferença também de métodos para ensinar uma só pessoa e os utilizados para trabalhar com grupos.

Com isso, fica clara a importância do técnico estudar as características particulares de cada um dos métodos, as combinações de métodos as quais são possíveis e conhecer muito bem as pessoas que atenderá. Mas, afinal, quais são estes métodos?

Existem diversos métodos adotados pela Ater para difundir tecnologias no meio rural. Eles podem ser classificados da seguinte forma:



Métodos de massa

- O que são?

Permitem que o técnico e o público não se encontrem frente a frente, reduzindo a possibilidade de uma conversa exclusivamente de indivíduo para indivíduo. Exemplos: televisão, rádio e outros como cartas circulares, jornais e cartazes.

- Quais são as vantagens?

Baixo custo por pessoa atingida e a rapidez em alcançar um grande público. Esses métodos são usados para divulgar reuniões, promover a compreensão e o entusiasmo, estimular o interesse e atrair atenção. Por meio deles, pode-se informar outras pessoas que não foram atingidas pelos outros métodos e pode-se distribuir uma mensagem rápida e repetidamente, sem considerar problemas de tempo e distância.



Métodos grupais

- O que são?

Requer a presença do técnico entre o público e possibilita um intercâmbio comunicativo, ou seja, há oportunidade para se fazer perguntas e compartilhar respostas e opiniões. Os seguintes métodos podem ser considerados grupais: cursos, reuniões, excursões, semanas ou jornadas técnicas, dias de campo e palestras.

- Quais são as vantagens?

Baixo custo por pessoa atingida e a rapidez em alcançar um grande público. Esses métodos são usados para divulgar reuniões, promover a compreensão e o entusiasmo, estimular o interesse e atrair atenção. Por meio deles, pode-se informar outras pessoas que não foram atingidas pelos outros métodos e pode-se distribuir uma mensagem rápida e repetidamente, sem considerar problemas de tempo e distância.



Métodos individuais

- O que são?

Os métodos individuais permitem um contato mais próximo com as pessoas, oportunizando a conversa entre indivíduos e um relacionamento mais estreito.

- Quais são as vantagens?

A influência dos contatos individuais é importante em qualquer programa, porém esse tipo de método costuma ter custos elevados.

A apropriação do método ou dos métodos deve ser feita pelo extensionista também em consonância com o estágio em que o produtor se encontra. Veja o exemplo a seguir.

Uma universidade acabou de desenvolver uma técnica de recuperação de pastagem. Ela pode levar esta novidade diretamente ao produtor ou, o que é mais provável, o faz por meio de um lançamento para os técnicos da extensão rural. Como o desejo é divulgar a nova descoberta para um grande número de pecuaristas, realiza-se um dia de campo numa fazenda que já testou o novo produto. A partir daí o técnico da Ater, público ou privado, procura pelos produtores interessados e organiza reuniões técnica para aprofundar a divulgação da tecnologia.

Entre os produtores interessados, o próximo passo é validar a tecnologia em uso na propriedade, o que pode ser feito por meio de uma visita do técnico à propriedade que provavel-

mente aplicará a nova tecnologia, para fazer uma Demonstração da Técnica. Para entender melhor, acompanhe a descrição de cada um dos métodos.

1. Visita técnica



Legenda: Visita de um técnico extensionista ao produtor rural em sua propriedade.

Fonte: SENAR (2016).

Conceito

Método de alcance individual, planejado e realizado no campo e que envolve relacionamento interpessoal.

Finalidade

Tratar *in loco* de uma agenda de planejamento, análise de dados, avaliação de resultados, demonstrações de técnicas.

Execução

Deve ser realizada com uma agenda que permite verificar o cumprimento de compromissos, correções de rotas e discussão de resultados alcançados.

Vantagens

- muito eficaz;
- viabiliza o “corpo a corpo” e a comunicação dialógica, direta.

Desvantagens

- custo elevado em função do deslocamento e do pequeno número de produtores atingidos em uma visita.



Legenda: Realização de um dia de campo

Fonte: SL Consultoria em Agronegócios Ltda. (2016).

Conceito

É um método planejado que visa mostrar várias atividades para um grupo de produtores. Realizado durante um dia, uma manhã ou uma tarde, tem objetivo de despertar o interesse e a adoção mais rápida da tecnologia que está sendo apresentada. O dia de campo é realizado em propriedade de colaboradores, unidades demonstrativas, centros de treinamentos ou estações experimentais. Não se limita apenas a uma determinada atividade, mas sim, a um conjunto delas, com o fim de sensibilizar o público para a adoção. O método envolve a participação não apenas do público trabalhado pelo técnico, mas também líderes, autoridades, agentes financeiros e comerciais e técnicos de outras entidades.

Finalidade

É recomendado para demonstrar experiências já bem-sucedidas ou casos de produtores de sucesso em uma ou mais tecnologias.

Execução

Normalmente, o dia de campo é organizado em **estações técnicas**, que variam de quatro a cinco, estrategicamente localizadas na propriedade, que tem duração de 20 a 30 minutos cada uma. Os grupos circulam nas estações de maneira que, ao final, todos os participantes tenham percorrido todas elas.

Estações técnicas

São as unidades "montadas" no dia de campo, em que são tratados os temas técnicos a serem apresentados para os produtores participantes em grupos menores. O número de estações varia de um Dia de Campo para outro, mas muitas vezes ficam ao redor de quatro, com 25 minutos cada, por onde todos os grupos circulam.

Por exemplo, se o dia de campo é sobre a cultura de milho pode-se criar quatro estações assim distribuídas:

- Estação 1 - preparo do solo e adubação.
- Estação 2 - variedades e escolha das sementes.
- Estação 3 - plantio.
- Estação 4 - colheita.

Como exemplo, podemos apresentar um produtor de leite bem-sucedido com quatro estações técnicas, sendo a primeira sobre pastejo rotacionado, a segunda sobre recria de fêmeas, no local onde as bezerras são manejadas, a terceira, no canavial, sobre suplementação para o período seco, e a quarta sobre qualidade do leite na sala de ordenha.

Vantagens

- atinge um elevado número de pessoas;
- o participante tem a oportunidade de ouvir, ver e sentir os resultados da tecnologia que se pretende demonstrar;
- é motivacional, informativo e instrucional.

Desvantagens

- o tempo pode não ser suficiente para um aprofundamento nas tecnologias apresentadas.



Legenda: Realização de uma palestra

Fonte: SL Consultoria em Agronegócios Ltda. (2016).

Conceito

Método de comunicação verbal em que um orador discorre sobre um assunto, previamente determinado, para um grupo de pessoas. É provavelmente o método mais empregado.

Pode ser chamada de “Ciclo de palestras” quando são realizadas várias palestras.

Finalidade

Aplica-se na divulgação de tecnologias para um grande número de interessados.

Execução

Uma palestra deve ter um tempo para apresentação (em torno de 1h) e um tempo para debates (15 a 20 minutos). As palestras podem ser realizadas em locais e horários mais adequados a cada região ou público-alvo e com assuntos previamente escolhidos pelos organizadores. Uma boa estratégia é o técnico ou os organizadores levantarem antes as necessidades do momento. O palestrante, na maioria das vezes, é buscado de fora do ambiente dos interessados. O número de participantes é variável, mas, em geral, busca-se a maior quantidade possível compatível com o local disponível.

Vantagens

- permite transmitir muitas informações em pouco tempo para um grande número de pessoas;
- muito bom para despertar os produtores sobre uma tecnologia que se pretende difundir.

Desvantagens

- não permite demonstrar na prática como se faz;
- a proporção de informações retida pelo auditório é reduzida.

4. Reunião técnica



Legenda: Realização de uma reunião técnica

Fonte: SL Consultoria em Agronegócios Ltda. (2016).

Conceito

Um encontro organizado quando se pretende abordar um ou mais assuntos técnicos em detalhe, para um grupo de produtores. O tema pode ser tratado pelo grupo com a mediação do técnico que o assiste ou por algum convidado. O tempo não deve ultrapassar uma hora por assunto.

Finalidade

Quando um grupo, preferencialmente, com alguma homogeneidade, necessita detalhar um ou mais assuntos.

Execução

Planejar com antecedência o público-alvo, objetivo, conteúdo, tipo de reunião. Montar um roteiro, ou uma pauta. Escolher local, época, duração, técnicas, recursos e materiais necessários. Ser claro e atribuir papéis.

Como exemplo, o técnico que assiste a um grupo de 20 produtores precisa, anualmente, avaliar ações de interesse coletivo dos produtores beneficiários ou discutir os índices econômicos e técnicos apurados no grupo.

Vantagens

- comunicar assuntos técnicos de interesse específico de grupos;
- custo relativamente baixo e adequado para grupos que estão em um mesmo projeto.

Desvantagens

- a agenda pode ser repetitiva e atrair pouco interesse.

5. Demonstração de Método (DM) ou Demonstração de Técnica (DT)



Legenda: Demonstração de técnica em propriedade de gado bovino.

Fonte: Banco de imagens do SENAR (2016).

Conceito

A Demonstração de Técnica (DT) ou Demonstração de Método (DM), como o próprio nome diz, é utilizada para se demonstrar uma tecnologia para um ou poucos produtores.

Finalidade

Desenvolver destrezas e habilidades de forma a procurar que os beneficiários de ação “aprendam a fazer fazendo”.

Um bom exemplo é a demonstração do uso do **teste de CMT** para identificação de vacas com mastite subclínica, ou, ainda, a regulagem de uma plantadeira.

Execução

Se utiliza, em geral, por ocasião de uma visita técnica ou durante um curso ou dia de campo.

Teste de CMT

CMT significa *Califórnia Mastite Test*. É um teste para detecção da mastite subclínica, ou seja, a infecção da glândula mamária que ainda não apresentou sintomas clínicos.

Vantagens

- o produtor tem a oportunidade de ver e fazer;
- é um método simples de se realizar.

Desvantagens

- tem que ser realizada em local próprio e com os recursos adequados.

6. Demonstração de resultado (DR)

Conceito

Método utilizado para comparar uma técnica que se quer introduzir em uma propriedade rural com uma prática tradicional utilizada (testemunha). Deve ser feita com orientação, acompanhamento e controle de um técnico.

Finalidade

Comparar técnicas rotineiras e tradicionais com as novas recomendações e comprovar a viabilidade e adequação de novas tecnologias às condições locais.

Execução

A realização de uma DR passa pela implantação de uma tecnologia que deve ser comparada com práticas tradicionais adotadas. Ao longo do tempo, elas são comparadas e os resultados são demonstrados.

Há muitos bons exemplos, como a introdução de novas variedades de milho ou de pastos, adubação, sistema de recria de fêmeas com fornecimento de concentrados, etc.

Vantagens

- o produtor tem a oportunidade de comparar a tecnologia com o processo convencionalmente praticado

Desvantagens

- risco de frustração da tecnologia por falta de monitoramento no decorrer da implantação.

7. Excursão



Legenda: Excursão de produtores para uma visita ao campo.

Fonte: SL Consultoria em Agronegócios Ltda. (2016).

Conceito

É um método através do qual o extensionista reúne um grupo de pessoas com interesses comuns para se deslocarem a determinado lugar onde existam experiências com técnicas e práticas passíveis de serem adotadas.

Finalidade

Mostrar a aplicação prática de tecnologias implantadas, facilitando a compreensão do grupo.

Execução

Planejar com cuidado o público a ser convidado, o objetivo, o local, a duração, as etapas, o transporte, os custos e as facilidades para os participantes. Se possível, elaborar um roteiro, escolher o conteúdo e definir objetivos em termos educacionais. Selecionar métodos e técnicas. Preparar material de apoio necessário.

Por exemplo, um agricultor, ao ver a produção satisfatória em cultura tecnicamente conduzida, em condições semelhantes às suas, contrastando com as menores produções que vem alcançando, tem seu interesse despertado para os fatos que consagram a demonstração.

Vantagens

- atividade cooperativa por excelência;
- permite ao produtor ver muitos casos de sucesso que o estimula.

Desvantagens

- caro e exige muito cuidado no planejamento e na execução.

8. Benchmarking



Fonte: Shutterstock.

Conceito	Processo de comparação de produtos, serviços, indicadores e práticas empresariais, ou seja, valores-referência de empresas de produção bem-sucedidas. É conhecer o que já deu certo.
Finalidade	Estimular empresas agropecuárias a melhorar os seus processos de produção.
Execução	Deve ser utilizado organizando comparações de resultados entre propriedades com a mesma realidade de produção ou propriedades de uma mesma região. Como exemplo, podemos comparar os índices econômicos de um grupo de produtores com os 25% mais bem-sucedidos.
Vantagens	<ul style="list-style-type: none"> • despertar o empresário de produção para desafios bem-sucedidos.
Desvantagens	<ul style="list-style-type: none"> • dificuldades de levantamento de informações sistematizadas.

Tópico 2: Processos de comunicação rural

Qual o papel que a comunicação desempenha no processo de desenvolvimento rural? Neste tópico, você verá a importância da comunicação do técnico com o seu cliente, o produtor rural.

Para realizar a assistência técnica e extensão rural, além de conhecer e aplicar os princípios sociológicos, psicológicos, antropológicos e éticos, é necessário também conhecer os princípios da comunicação, pois o extensionista é um comunicador, educador e agente de mudanças, e não apenas um repassador de inovações tecnológicas agropecuárias e gerenciais.

A comunicação, na extensão rural, é a principal ferramenta de trabalho do extensionista e ele deve estar consciente de que a comunicação é uma forte aliada no seu trabalho com as famílias e empresários rurais, na busca incessante por melhores condições de vida para a comunidade rural, sobretudo quando se trabalha com os agricultores de base familiar, que têm na agricultura a sua principal ocupação. Os conceitos e as práticas de comunicação são fortemente vinculados à evolução da extensão rural.

Segundo Seaman Knapp, considerado o pai da metodologia de extensão rural na América do Norte, o agente de extensão tem por missão ajudar os agricultores a ajudarem a si próprios, já que, segundo ele, um homem pode duvidar do que ouve; pode também duvidar do que vê; só não pode, porém, duvidar do que faz. Com ele, origina-se o princípio pedagógico que recomenda o ensinar a fazer, fazendo, por meio de comunicação que motiva e persuade a indução de mudanças de comportamento, habilidades e atitudes, não levando em conta as especificidades das comunidades agrícolas. (OLINGER, 1996; RODRIGUES, 1997; LISITA, 2006 *apud* SILVA, MÜLLER, 2014)



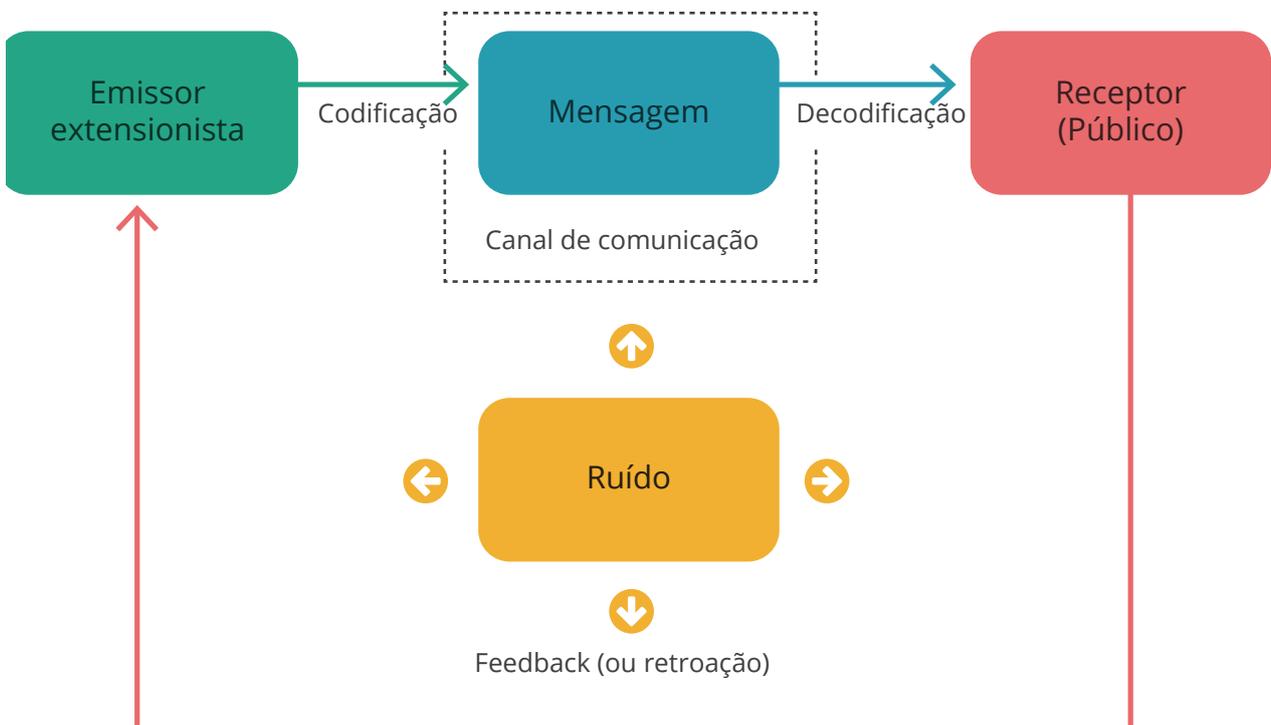
Fonte: Shutterstock.

A comunicação no processo educativo da extensão é, portanto, a difusão de valores, ideias e conhecimentos por meio de métodos e técnicas adequadas de comunicação, os quais levam mensagens que vão da parte que possui esses valores, conhecimentos e ideias para a parte que não os possui. Se feita de modo eficaz, como fruto dessa comunicação podemos ter mudanças nas atividades e no gerenciamento das propriedades rurais, o que pode ser considerado um *feedback* positivo.

O extensionista, ao se relacionar com o agricultor, sua família ou seus empregados, desempenha uma troca de mensagens que deve possibilitar o aprendizado mútuo.

Os clientes da extensão rural, ou seja, os produtores, comportam-se como emissores e receptores, com a oportunidade não só de responder à mensagem recebida e reagir a ela, mas também de construir suas próprias mensagens.

No esquema a seguir, você pode observar que, o tempo todo, numa relação do extensionista (Emissor) com o público rural (Receptor), emite-se mensagens com o objetivo de que elas cheguem ao receptor. Como se trata de um processo, este papel se inverte quando o seu receptor emite sinais de volta (*feedback*). Perceba que a mensagem, codificada pelo emissor, tem de ser decodificada pelo receptor. Uma mensagem bem codificada e enviada por meio do canal adequado será bem compreendida se todo este processo for bem elaborado.



Legenda: Processo de comunicação

Fonte: Adaptado de Chiavenato (2004).

A educação, segundo Paulo Freire (2012), é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. Portanto, a difusão de tecnologia não deve acontecer de forma vertical, unilateral e opressora.

À medida que as discussões acerca da extensão rural se intensificam, o conceito de Comunicação Rural – definido por Bordenave (1988, p. 8) como um “conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural” - se fortalece e serve como base para a prática da extensão rural brasileira.

Segundo o MDA (2004), “a metodologia para a ação da assistência técnica e extensão rural pública deve ter um caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos (...)”, assimilando-os e adaptando-os aos contextos e circunstâncias das comunidades rurais, normalmente bem diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida. A comunicação rural, como parte do extensionismo, deverá ser praticada pelo técnico consciente de sua missão no meio rural, familiarizado com as atividades rurais e com conhecimento sobre as diferenças básicas entre as comunidades rural e urbana, conhecendo e respeitando as peculiaridades rurais, compondo uma extensão com base na **Andragogia** e voltada para o desenvolvimento humano.

Andragogia

Segundo Malcolm Knowles (1984), a **Andragogia** é uma ciência que tem como princípio definir estratégias de ação educativa e mapear o aprendizado do **aluno adulto**. Isso por que se entende que o adulto aprende de modo distinto das crianças e adolescentes, pois levam consigo vivências, experiências e conhecimentos prévios que devem compor o seu processo de aprendizagem.

65

Tópico 3: Processo educativo

Para aprofundar o entendimento sobre a missão que o extensionista tem no meio rural, este tópico trata da relação de Ater com o processo educativo do produtor rural, sua família e todos os trabalhadores rurais. A função educativa da extensão fica bem clara quando lemos a sua missão, concebida na Política Nacional de Ater:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, **por meio de metodologias educativas e participativas**, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. (MDA, 2004)

Também o conceito da extensão rural na Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater), a seguir, já caracteriza o papel educativo de Ater:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. (BRASIL, 2010).

Na prática, há uma diferença significativa entre o serviço de assistência técnica em relação ao serviço de assistência técnica e extensão rural.

O agente de transformação, seja numa relação mais focada no pequeno produtor como extensionista, ou numa intervenção de assistência técnica voltada para o médio ou o grande produtor, deve atuar exercendo o papel de educador. A atuação com um caráter educativo na relação do técnico com o produtor cria um ambiente na busca de soluções para o processo produtivo que terá mais envolvimento e comprometimento de todos os agentes que dele participam.



Fonte: Shutterstock.

Dentro do conceito educativo, compete ao técnico problematizar os fatos e construir as soluções junto aos produtores, empregados e suas famílias. Já numa relação apenas com a concepção de um processo tecnológico, o técnico já leva soluções prontas para problemas mais pontuais dentro da produção, isto é, ocorre uma melhoria técnica, sem outros valores e relações envolvidas.

Um criador de gado de corte, por exemplo, que faz confinamento ou cria muitos animais a pasto, quando compra ração ou sal mineral de um fornecedor, muitas vezes conta com orientações técnicas para seu uso, cujo custo já está inserido na compra do insumo. Portanto, houve também a compra da assistência técnica, e a relação com o produtor acaba com o uso do produto comprado. Nos casos de empresas de venda de insumos, tem-se um conflito de interesses, pois o produtor fica condicionado à compra de insumos de uma determinada marca, que pode não ser necessariamente a de melhor relação de benefício/custo.



Comentário do autor

Nos projetos de irrigação ou de mecanização, também é possível o produtor receber assistência casada com a compra dos equipamentos. Por seu turno, a assistência técnica fornecida por empresas de consultoria, com venda de serviços, pode atender bem as necessidades dos produtores que têm condições para remunerá-la.

Por outro lado, Caporal (1991) define a extensão rural como sendo de cunho eminentemente educativo, constituindo-se de um conjunto de normas, regras e valores, sancionados pela sociedade em um determinado momento histórico como necessários ou funcionalmente adequados. *É devido ao seu* caráter educativo que os serviços de Ater voltados para a pequena produção e para a agricultura familiar, normalmente *são* desempenhados por instituições públicas, organizações não-governamentais (ONGs) e cooperativas que também prestam assistência técnica, mas com outros comprometimentos sociais, educativos e culturais.

A extensão rural como processo educativo pode e deve exercer o papel de trabalhar inclusive a educação de base, com o envolvimento de jovens rurais, ensinando-os e incentivando-os para a sucessão no processo produtivo das propriedades rurais. Este papel é uma forma de assegurar a sustentabilidade da produção de alimentos primários para a sociedade.

Na atualidade, os serviços de Ater, a partir da criação do Pnater, requerem um novo perfil do extensionista para uma ação educativa, comprometida com o desenvolvimento rural sustentável e a serviço dos beneficiários. São requeridas as seguintes habilidades dos novos extensionistas:

- planejamento participativo;
- postura participativa;
- visão holística e sistêmica;
- capacidade de análise e síntese;
- capacidade de liderança;
- animador – Articulador – Conciliador;
- habilidade para incentivar – contribuir tecnicamente e apoiar a construção de novos conhecimentos.

Encerramento do tema

Neste tema, você conheceu os principais métodos de difusão da extensão rural, assim como os processos de comunicação. Viu que, dentro dos métodos de extensão rural, temos a visita técnica, o dia de campo, a palestra, a reunião técnica, a demonstração de método, a Demonstração de Resultados (DR), a excursão e o *benchmark*, e pôde compreender a aplicação de cada um deles. Viu que para a aplicação desses métodos e de técnicas de extensão rural, é essencial que haja uma boa comunicação entre o extensionista - que é comunicador, educador e agente de mudanças - e os produtores rurais.

Com o conhecimento das diferentes técnicas apresentadas neste tema, cabe ao extensionista usá-las de forma inteligente e conjugada para viabilizar a mudança de comportamento do produtor, criando, assim, as condições para a inovação tecnológica na sua atividade, possibilitando ganhos de produtividade, melhoria da renda e, por consequência, uma melhor qualidade de vida.

No próximo tema da nossa unidade curricular será abordada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Atividades de aprendizagem

1. Antes da tomada de decisão por um produtor, desde o primeiro contato com uma tecnologia até a sua adoção, ele passa por um processo mental, proposto por Rogers (2003). Esse processo é muito importante para o extensionista optar por uma metodologia para difundir a técnica proposta. Em relação aos estágios desse processo mental, marque (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas.
 - () No primeiro estágio, o produtor toma conhecimento de uma tecnologia. Ele pode ser despertado ou ficar indiferente.
 - () No segundo estágio, o produtor toma a decisão de adotar ou rejeitar a tecnologia proposta apresentada.
 - () Na terceiro estágio, o produtor faz uma avaliação mental e procura comparar o novo com o tradicional.
 - () No quarto estágio, chamado de Validação, o produtor procura validar a ideia. É o momento de fazer com que ele experimente a novidade.
 - () No quinto e último estágio, o produtor realiza a compra da nova tecnologia sugerida pela Ater.

Com base nas suas respostas, marque a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- a) F-V-V-F-V
 - b) V-F-V-F-F
 - c) F-F-V-V-V
 - d) V-F-V-V-F
 - e) V-F-F-V-F
2. Os métodos de extensão rural são meios utilizados pelos extensionistas para difundir conhecimentos sobre as atividades rurais e a gestão da empresa rural. Para que sejam bem aproveitados eles devem ser adequados ao público-alvo e às tecnologias que se quer difundir, podendo atingir um ou muitos indivíduos. Com base nisso, marque a afirmativa correta.
- a) Os métodos de massa são aqueles que atingem poucos produtores e por isso se tornam muito caros, como é o caso dos cursos.
 - b) Os métodos grupais atingem um grande número de participantes e, entre todos, são os mais viáveis, como é o caso dos programas de televisão.
 - c) Entre os métodos de massa, a visita técnica é muito viável, pois apesar de ser mais cara, alcança muitos produtores de uma só vez.
 - d) Os métodos individuais devem ser usados quando são poucos os produtores a serem atendidos pelo extensionista.
 - e) Entre os métodos grupais, o dia de campo é recomendado para demonstrar boas experiências com uma ou mais tecnologias.
3. São vários os meios utilizados pela Ater para a difusão de tecnologias. Todos eles são interessantes, e muitas vezes precisam ser usados em conjunto. Por exemplo, em uma palestra você pode divulgar a necessidade de se preservar o solo e a água para as futuras gerações e, então, por meio de uma excursão você conduz o grupo interessado em uma fazenda que adota as boas práticas sustentáveis. Por fim, para explicar a um produtor como se faz uma curva de nível para preservar o solo, você acompanha o produtor na propriedade por meio de uma visita. Assinale a alternativa correta sobre o uso em conjunto de diferentes métodos.
- a) Existem diversos métodos de massa, de grupo e individuais trabalhados pela Ater, e dois deles são considerados os mais relevantes e importantes para qualquer tipo de comunicação: o dia de campo e os programas de televisão.
 - b) Para escolher e utilizar bem os métodos de difusão, o extensionista deve conhecer os diversos métodos e levar em conta o tipo do público com quem vai se comunicar, o objetivo de sua comunicação, a natureza da mensagem que vai passar e a disponibilidade de material.

- c) Cada método de extensão rural possui suas vantagens e desvantagens, por isso é difícil que o extensionista alcance seus objetivos de comunicação e gere mudanças na área rural se optar apenas por um método de massa.
 - d) A combinação de diferentes métodos de Ater depende do tipo e tamanho da propriedade que o produtor possui, da quantidade de mão de obra disponível na região, da disponibilidade de material para realizar o evento e do objetivo do produtor rural.
 - e) A possibilidade de combinar os diversos métodos de difusão de novas tecnologias ocorre por que as mudanças e inovações no campo independem da capacidade de o proprietário ou trabalhador rural ser sujeito de seu próprio aprimoramento.
4. É recomendável que as ações da Ater possibilitem ao produtor “aprender a fazer fazendo”, ou seja, a aprender na prática. A Demonstração de Resultado (DR) é um método usado pela Ater que permite ao produtor aprender pela prática. Assinale a resposta que melhor conceitua uma DR:
- a) DR é um método de extensão recomendado para atingir muitos produtores em um curto espaço de tempo, mas que dificulta a boa assimilação e entendimento.
 - b) DR é um método de Ater muito boa para comparar uma técnica que se deseja introduzir na propriedade com uma prática tradicional, já utilizada.
 - c) DR é um meio usado pelos extensionistas para demonstrar técnicas ou tecnologias caras, chamadas tecnologias de ponta, durante uma visita técnica na propriedade.
 - d) DR é um tipo de demonstração de técnica (DT), um método de Ater sofisticado que não permite o produtor fazer comparações entre tecnologias.
 - e) DR é uma metodologia individual que permite ao extensionista demonstrar uma tecnologia tradicional em uma visita na propriedade do pequeno produtor.
5. O extensionista deve estar consciente de que a comunicação é um forte aliado no seu trabalho com os produtores, as famílias, os empresários e os trabalhadores rurais na busca por melhores condições de vida para a comunidade rural, sobretudo quando se trabalha com os agricultores de base familiar, que geralmente têm na agricultura a sua principal ocupação. Assinale a afirmativa correta sobre a importância da comunicação do técnico com o seu cliente, o produtor rural.
- a) O extensionista deve se comunicar em tom alto e com palavras simples, pois isso garante que os conhecimentos sejam repassados.
 - b) Os conceitos e as práticas de comunicação são desvinculados da evolução da assistência técnica e extensão rural.
 - c) O extensionista deve ser um bom animador, isso diminui a necessidade de aplicar os princípios da comunicação.

- d) A comunicação é a principal ferramenta de trabalho do extensionista, que é também educador e agente de mudanças.
- e) Conhecer os princípios da comunicação é essencial, pois o extensionista é basicamente um comunicador de tecnologias.

05

Política Nacional de
Assistência Técnica e
Extensão Rural

Tema 5: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

O conteúdo desta unidade curricular visa possibilitar a você uma melhor compreensão da Política Nacional de Ater (Pnater). Será possível conhecer as iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, alinhadas com a boa utilização dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente, envolvendo atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo e outras afins, tendo como foco o fortalecimento da agricultura familiar.

Para isso, a Pnater conta com os interlocutores: ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) na consolidação desta política pública. Além disso, você vai compreender melhor como os governos auxiliam a conduzir essa política pública e ainda conhecerá as ações específicas do MDSA para o desenvolvimento da agricultura familiar.



Comentário do autor

Dessa forma, ao final dos estudos desta unidade curricular, você estará apto para:

- Conhecer a Política Nacional de Ater.
- Entender a necessidade de empregar esta política nas suas atividades de técnico de Ater.

Tópico 1: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)

Iniciados na década de 1940, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), fundamentados em uma diretriz de incentivo ao desenvolvimento no período do pós-guerra, tinham como principal objetivo a promoção da melhoria das condições de vida da população rural e o apoio ao processo de modernização da agricultura. Na verdade, fazia parte das es-

estratégias direcionadas à política de industrialização do Brasil, por meio do fornecimento de matérias-primas para a indústria, da liberação de mão de obra e no abastecimento alimentar a preços compatíveis.

A Ater atuava como um serviço privado e **paraestatal** com o apoio de entidades públicas e privadas. Em 1956, criou-se a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), integrando um sistema nacional articulado com associações de crédito e assistência rural nos estados.

Paraestatal

Entidade **paraestatal** ou serviço social autônomo é uma pessoa jurídica de direito privado criada por lei, atuando sem submissão à Administração Pública, para promover o atendimento de necessidades assistenciais e educacionais de certas atividades ou categorias profissionais que arcam com sua manutenção mediante contribuições compulsórias.

Em meados da década de 1970 houve a estatização do serviço de Ater, surgindo o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e executado pelas empresas estaduais de Ater nos estados, denominadas Empresa de Assistência e Extensão Rural (Emater). Nesta época, a participação do Governo Federal nas ações de Ater chegou a representar 40% do total dos recursos orçamentários das Emater, alcançando até 80% em alguns estados.

Esses subsídios duraram mais de uma década. Porém, em 1990, a Embrater foi extinta. Assim, o Sibrater foi esquecido, causando o sucateamento de toda a estrutura. Houve ainda a tentativa de gestão da Ater através da Embrapa e, posteriormente, pelo Ministério da Agricultura. Entretanto, todo este esforço não foi suficiente para evitar a quase extinção das contribuições financeiras do Governo Federal e, portanto, que os serviços das Emater ficassem sujeitos às críticas condições financeiras dos estados e à influência direta dos interesses políticos dominantes em cada região sobre os destinos das entidades oficiais de Ater.

O distanciamento do Governo Federal desencadeou um forte golpe nos serviços de Ater estruturados de maneira centralizada, levando a uma crise relevante na Ater oficial, principalmente nos estados e municípios mais pobres. Na época, havia também a Extensão Pesqueira, cuja história se assemelha à da Extensão Rural e que também sofreu um processo de desestruturação e teve quase todas as suas ações eliminadas.

Na tentativa de prosseguir com esta política pública de extrema importância, e não podendo contar mais com o apoio do Governo Federal, alguns estados passaram a fomentar os serviços de assistência técnica e extensão rural com recursos próprios.

Criou-se uma nova estratégia de operação das empresas oficiais com novos mecanismos de financiamento e incentivo às entidades públicas e privadas emergentes. Assim, surgiram e se expandiram várias iniciativas com o propósito de cobrir o espaço deixado pelo Governo Federal.

Como exemplo, as entidades apoiadas financeiramente pelas prefeituras municipais, as organizações não-governamentais e as organizações de agricultores (associações e cooperativas). Ainda hoje, a insuficiência dos serviços de Ater pode ser relacionada ao afastamento do Estado, gerando a redução da oferta de um serviço público aos produtores rurais do Brasil.



Fonte: Shutterstock.

Atualmente, a quantidade de ações e de serviços de Ater não bastam para atender a demanda da agricultura familiar, das médias propriedades e do agronegócio, principalmente quando se trata das áreas de maior necessidade, como as regiões Norte e Nordeste, onde a população rural é proporcionalmente maior. Como consequência, o processo de transferência de tecnologia fica distante das famílias rurais e aumenta a diferenciação e a exclusão social do homem do campo.

Avaliando ainda o histórico institucional e legal na condução da Assistência Técnica e Extensão Rural, é importante comentar alguns fatos. Por exemplo, na **Constituição de 1988** (BRASIL, 1988), foi descrito que a política agrícola seria planejada e executada com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como os setores de comercialização, armazenamento e transportes, levando em conta, especialmente:

- instrumentos creditícios e fiscais;
- preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
- incentivo à pesquisa e à tecnologia;
- assistência técnica e extensão rural;
- seguro agrícola;
- cooperativismo;
- eletrificação rural e irrigação;

- habitação para o trabalhador rural.

A **Lei nº 8.171** (BRASIL, 1991) ainda estabeleceu as ações e os instrumentos da política agrícola, em que estão contempladas as seguintes ações:

- planejamento agrícola;
- pesquisa agrícola tecnológica;
- **assistência técnica e extensão rural;**
- proteção do meio ambiente, conservação e recuperação dos recursos naturais;
- defesa da agropecuária;
- crédito fundiário.

Ainda segundo a Lei nº 8.171 (BRASIL, 1991), seria responsabilidade do Poder Público manter o serviço oficial de assistência técnica e extensão rural com caráter educativo e gratuito para os pequenos produtores e suas associações. Com isso, busca-se:



Difundir tecnologias necessárias ao aprimoramento da economia agrícola, à conservação dos recursos naturais e à melhoria das condições de vida do meio rural.



Estimular e apoiar a participação e a organização da população rural, respeitando a organização da unidade familiar bem como as entidades de representação dos produtores rurais.



Identificar tecnologias alternativas juntamente com instituições de pesquisa e produtores rurais.



Disseminar informações conjunturais nas áreas de produção agrícola, comercialização, abastecimento e agroindústria.

Como você pode ver, a Ater é um tema que está em evidência há anos na legislação e teve altos e baixos desde o seu início, na década de 1940.

1. A nova Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural

A **Lei nº 12.188, de 2010**, denominada nova lei da Ater, instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Nessa Lei, entende-se por Assistência Técnica e Extensão Rural:

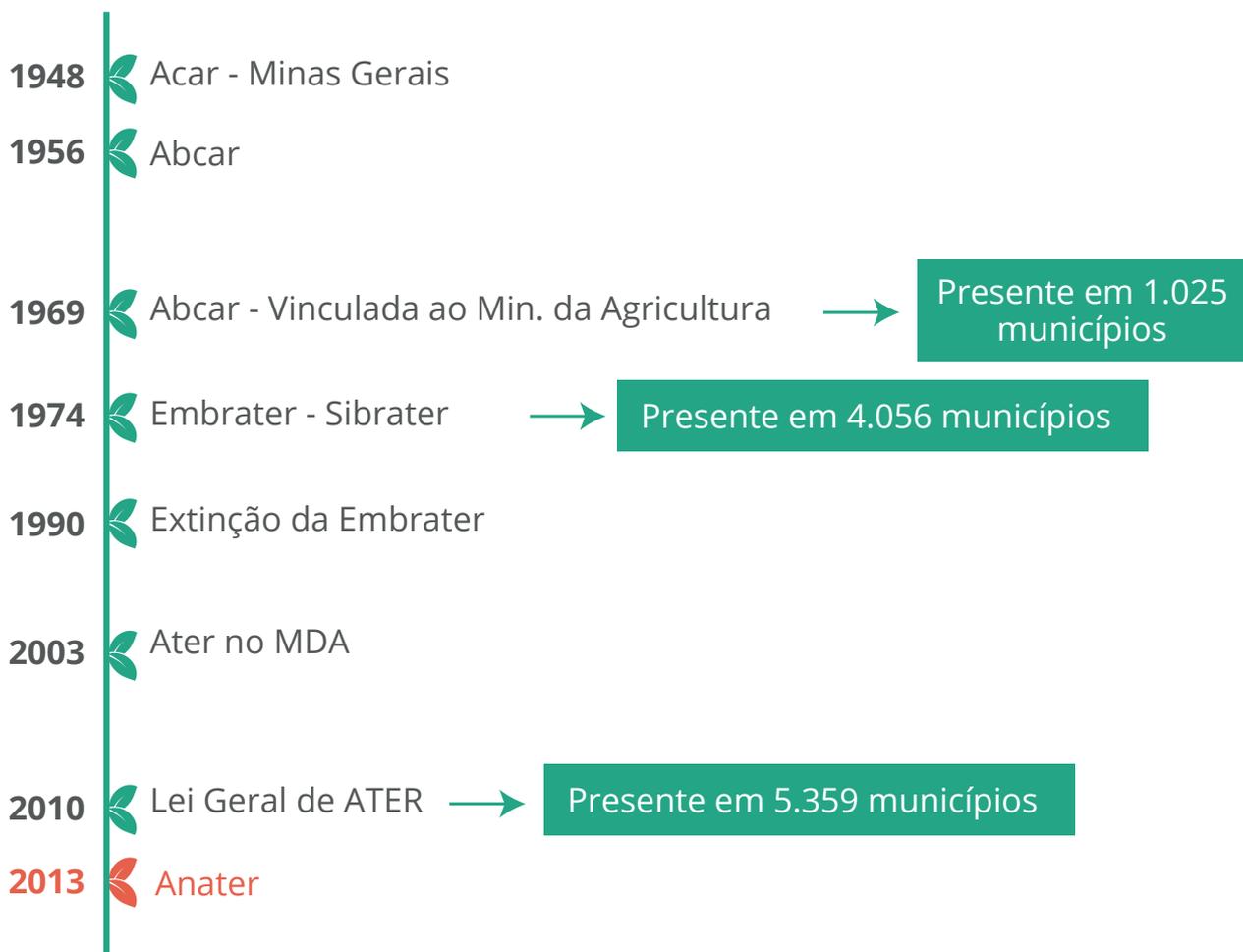
O serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. (BRASIL, 2010).

Esta é a definição atual da extensão rural pública. Mas para que a política instituída pelo governo funcione, é necessário que alguém a execute. Para isso, a nova lei da Ater estabelece que as entidades responsáveis por executar o Pronater devem preencher determinados requisitos e obter o credenciamento de entidade executora do programa.

As ações geradas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) têm contribuído com a implementação de diversas políticas e programas (alguns exclusivos para o meio rural e outros não). Isso inclui programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf e Garantia Safra; políticas e programas de agregação de valor e geração de renda; de comercialização da produção (tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (Pgpaf) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); políticas para o desenvolvimento territorial e educação no campo; e políticas diferenciadas para públicos específicos da agricultura familiar, como as mulheres trabalhadoras e produtoras rurais e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, entre outros).

Para contribuir diretamente para o aumento da capacidade de produção no país, especialmente no segmento da agricultura familiar, em toda a sua diversidade, e também para os médios agricultores, em 2013 foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (**Anater**).

A criação da Anater se deu pela Lei nº 12.897, de 18 dezembro de 2013, e sua regulamentação aconteceu por meio do Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014, como uma instituição paraestatal para credenciar entidades públicas e privadas capazes de prestar serviços de Ater, qualificar profissionais de assistência técnica e extensão rural, contratar e disponibilizar serviços, transferir tecnologia, fazer pesquisas, monitorar e avaliar resultados e gerenciar as entidades quanto à qualidade do serviço prestado.



A Anater surgiu para enfrentar o desafio de suprir, de modo mais eficiente, as demandas de Ater no país, assumindo o papel de coordenar as competências e os recursos financeiros existentes em nível federal, tendo a participação dos entes federativos (estados e municípios) e da iniciativa privada.

A Agência mantém o desafio de consolidar a integração da Assistência Técnica e Extensão Rural com o Sistema Brasileiro de Pesquisa Agropecuária, o ensino e a organização de um amplo universo de agentes de assistência técnica e extensão rural, entre os quais o SENAR. Fazem parte do seu Conselho de Administração integrantes de vários ministérios e do setor privado, entre os quais a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil que promove este curso que você está fazendo.

2. Os papéis dos Ministérios

Os ministérios que tem interface com a Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil são:

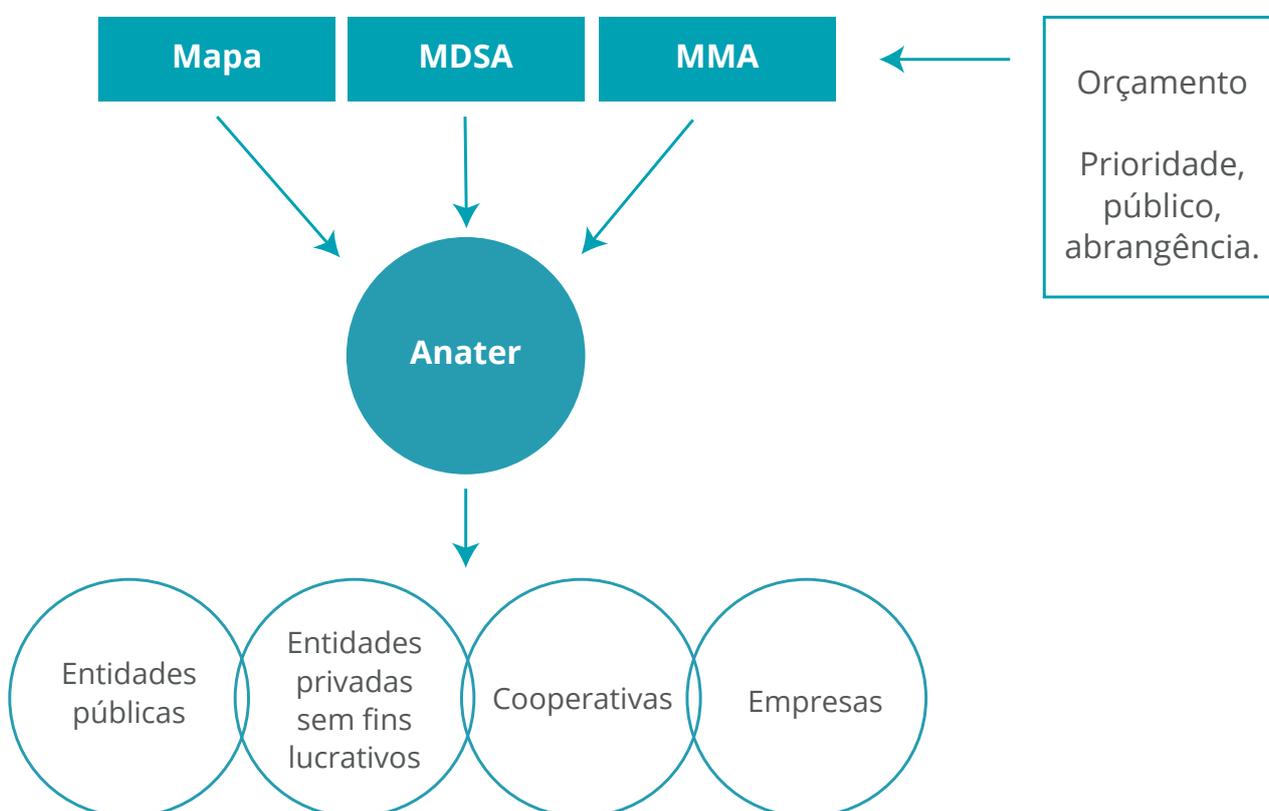
- Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), recém-criado e que incorporou o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Desenvolvimento Social.
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).
- Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a responsabilidade de, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), coordenar a política de Ater voltada para o médio produtor e os agricultores familiares que não participam do Pronaf, que possuem propriedade com área entre 4 e 15 módulos fiscais e com renda anual de R\$360.000 a R\$ 3.600.000,00.

Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), as ações de Ater são voltadas para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros.

As políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) incluem programas voltados para a recuperação, a conservação e a sustentabilidade em variadas áreas ambientais. Assim, ele exerce um papel de destaque na discussão das questões ambientais nas ações de Ater.

Cabe à Anater o papel de operacionalizar as políticas de Ater definidas pelos Ministérios. Assim, representa hoje a entidade que norteia a Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil. Ela conjuga as ações relativas a Ater do Mapa, do atual MDSA e do MMA.



3. Programa Nacional de Ater no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)

Tanto a Constituição Federal de 1988 como a Lei Agrícola de 1991 determinaram que o governo federal mantenha os serviços de Ater pública e gratuita para os pequenos agricultores. Institucionalmente, o MDSA assumiu o compromisso de liderar esse processo, participando ativamente do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural com o objetivo de

atender as necessidades da agricultura familiar de forma coerente com as estratégias de desenvolvimento do país.

Segundo a Política Nacional de Ater (2007), é neste marco de reconstrução da Ater, em suas várias modalidades (voltada para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros), que as atividades de Ater passaram a ser coordenadas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).



Comentário do autor

O MDSA, como gestor da Política Nacional de Ater, preside o Conselho de Administração da Anater, que é formado por representantes do poder executivo e de quatro entidades da sociedade civil. São eles: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mpog); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); e representantes de governos estaduais.

4. A iniciativa privada e a Ater



Fonte: Shutterstock.

No modelo tradicional do mercado privado de Ater no Brasil, consolidado por meio das cadeias produtivas, priorizou-se os serviços de venda e pós-venda de insumos e equipamentos, e de compra de matéria-prima agropecuária pelas agroindústrias.

Em consonância com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), a iniciativa privada surge como uma oportunidade de somar esforços junto às demais entidades do setor público, originando novos modelos de assistência técnica. O país tem um perfil rural e uma economia agropecuária muito diversificada. Um modelo ou sistema único de Ater dificilmente atenderia a toda a demanda potencial existente. O pluralismo de modelos, que combine financiamento e agentes públicos e privados, de modo a atender a todos os públicos, é a melhor saída para um desenvolvimento mais rápido e sustentado da agropecuária nacional a partir da Ater. Nesse sentido, o Estado tem um papel ainda por cumprir de forma a gerar um maior estímulo ao financiamento público da contratação de serviços estatais ou privados de Ater.

Como exemplo de participação do setor privado, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), se inseriu neste processo, a partir do ano de 2013, com sua Metodologia de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), contribuindo ainda mais para a multiplicação da difusão do conhecimento no campo.

Encerramento do Tema

A Política Nacional de Ater foi construída de forma participativa, contando com diversas esferas do governo e de suas instituições, assim como de segmentos da iniciativa privada, das lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com a Ater, buscando o desenvolvimento da produção rural brasileira e a sustentabilidade.

Essa política pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho (MDA, 2007). Para tanto, busca potencializar as atividades produtivas agrícolas voltadas à oferta de alimentos e matérias-primas, bem como apoiar as estratégias de comercialização, tanto nos mercados locais como nos mercados regionais e internacionais. Também deverá estimular a agroindustrialização e outras formas de agregação de valor e aumento de renda para a produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

Atividades de aprendizagem

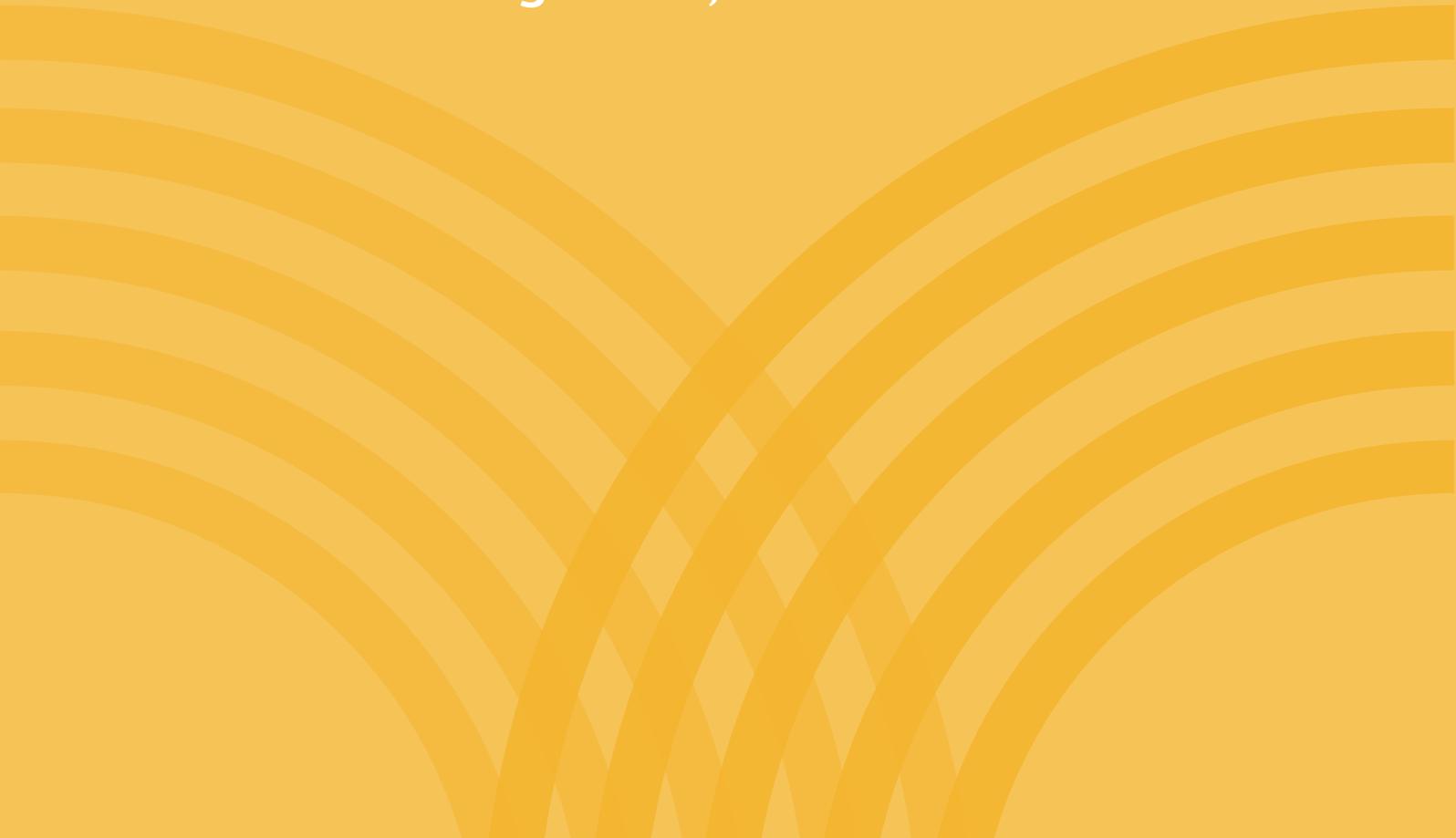
1. Em todas as políticas públicas voltadas para o setor rural são priorizadas ações de desenvolvimento do produtor rural visando ganhos de qualidade de vida, sustentabilidade de sua atividade e preservação do homem no campo. No âmbito do governo federal, assinale a alternativa que apresenta a principal política pública voltada à agricultura familiar.
 - a) Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).
 - b) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
 - c) Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).
 - d) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).
 - e) Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp)

2. Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) têm como principal objetivo a promoção da melhoria das condições de vida da população rural e o apoio ao processo de modernização da agricultura. Considerando o que você viu sobre o histórico das políticas públicas de Ater para o espaço rural, assinale a alternativa correta.
- a) As políticas públicas iniciaram-se fazendo parte das estratégias direcionadas à política de industrialização do Brasil por meio do fornecimento de matérias-primas para a indústria, liberação de mão de obra e abastecimento alimentar.
 - b) A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) foi criada no intuito de apoiar os extensionistas no seu trabalho de orientação técnica aos produtores rurais.
 - c) A Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar) coordenava o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, que era executado através das empresas estaduais de Ater nos estados.
 - d) A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) foi criada em 2013, por meio da Lei nº 12.188.
 - e) A Anater é uma instituição paraestatal (serviço social autônomo) criada com o propósito de credenciar entidades públicas e privadas capazes de prestar serviços de Ater.
3. A Política Agrícola, de acordo com a Constituição de 1988, seria planejada e executada com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como os setores de comercialização, armazenamento e transportes. Assim, foram levados em conta alguns pontos essenciais. De acordo com esses pontos, assinale a alternativa correta:
- a) O poder público deverá manter o serviço oficial de Ater com caráter educativo e gratuito para os pequenos produtores e suas associações.
 - b) A Pnater contribui para implementar políticas e programas exclusivos para o meio rural e para agricultura familiar.
 - c) A política agrícola estabelecida pela Lei nº 8.171 define duas ações principais: pesquisa agrícola tecnológica e incentivo ao crédito fundiário.
 - d) É de responsabilidade do poder público realizar a contratação de serviços de Ater por meio de chamada pública.
 - e) A Assistência Técnica oficial é prestada somente aos agricultores familiares que se beneficiam do crédito rural oficial.

4. A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) surgiu para atender a demanda dos agricultores familiares em toda a sua diversidade e para consolidar a posição de vanguarda do país na assistência técnica e extensão rural (Ater) em um conjunto de políticas públicas. Nesse contexto, os Ministérios apresentam um papel importante em todo o processo. Assim, assinale a alternativa correta:
- a) A Política Nacional de Ater é coordenada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), através da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).
 - b) A nova lei de Ater no Brasil prevê um processo de reconstrução desses serviços, sem a participação dos governos estaduais e da sociedade civil.
 - c) O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) é o gestor da Política Nacional de Ater e preside o Conselho de Administração da Anater.
 - d) O conselho de administração da Anater é presidido pelo MDSA juntamente com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).
 - e) A regulamentação da Anater se consolidou por meio de instituições privadas para coordenar as competências e recursos financeiros em nível federal.
5. A iniciativa privada tem uma participação importante na execução das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil. Em muitas situações, há diversos programas de desenvolvimento da agropecuária brasileira que proporcionam o incremento da produtividade no campo e promovem a melhoria na qualidade de vida dos produtores e trabalhadores rurais. Considerando esse envolvimento, assinale a alternativa correta.
- a) Todos os produtos agrícolas devem ser comercializados juntamente com a oferta de uma orientação técnica.
 - b) As empresas privadas prestam assistência técnica exclusivamente aos produtores credenciados nos estabelecimentos comerciais.
 - c) A iniciativa privada não pode participar dos novos modelos de assistência técnica.
 - d) O SENAR possui uma metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATeG).
 - e) O Estado deve estabelecer uma parceria com as empresas privadas para garantir a oferta de assistência técnica e extensão rural.

06

Organizações de Ater

The bottom half of the page features a decorative graphic consisting of several overlapping, curved, wavy lines in various shades of yellow and orange, creating a sense of movement and depth.

Tema 6: Organizações de Ater



Fonte: Shutterstock.

Os serviços públicos e privados de Ater buscam estimular e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, envolvendo as atividades agropecuárias, florestais, pesqueiras e de extrativismo. Seu objetivo é o fortalecimento da agricultura familiar e da produção agropecuária em geral, visando o aumento de renda da família no campo e a melhoria da qualidade de vida da população rural. Por consequência, estimula também as atividades agroindustriais.

Para que esses serviços sejam realizados, é necessário o apoio de instituições e organizações comprometidas a fomentar a Ater. Segundo a Pnater (2007, p. 12) são consideradas instituições ou organizações de Ater aquelas que tenham “como natureza principal de suas atividades a relação permanente e continuada com os agricultores familiares e demais públicos da extensão e que desenvolvam um amplo espectro de ações exigidas para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, em toda a sua complexidade.”

Neste tema, você poderá reconhecer a atuação das organizações de assistência técnica e extensão rural e conhecerá as mais importantes que atuam no Brasil.



Comentário do autor

Ao final deste tema, espera-se que você possa:

- Entender a forma como a Ater se organiza no país.
- Conhecer as principais entidades do Sistema de Ater.
- Compreender o modelo da ATeG do SENAR.

Tópico 1: Organizações de assistência técnica e extensão rural

O foco da ação de extensão rural pública sempre foi contribuir com o desenvolvimento rural sustentável por meio de ações de assistência técnica voltadas ao aumento da renda dos negócios rurais e dos próprios agricultores, à melhoria da qualidade de vida da população do meio rural, ao aumento da competitividade da agricultura e à preservação dos recursos naturais.

Para isso, conta com as entidades, instituições ou organizações participantes do Sistema Nacional Descentralizado de Ater, que são, conforme a Pnater (2007):

- instituições públicas estatais de Ater (municipais, estaduais e federais);
- empresas de Ater vinculadas ou conveniadas com o setor público;
- serviços de Extensão Pesqueira;
- organizações dos agricultores familiares que atuam em Ater;
- organizações não-governamentais que atuam em Ater;
- cooperativas de técnicos e de agricultores que executam atividades de Ater;
- estabelecimentos de ensino que executem atividades de Ater na sua área geoeducacional;
- casas Familiares Rurais (CFR), Escolas Família Agrícola (EFA) e outras entidades que atuem com a Pedagogia da Alternância e que executem atividades de Ater;
- redes e consórcios que tenham atividades de Ater;
- outras que atuem dentro dos princípios e diretrizes da Pnater.

Hoje, a extensão rural oficial está presente em quase todos os municípios do país. Toda esta capilaridade permite que esta estrutura seja referência no campo, sendo a porta de entrada das ações de incentivo do governo para a agricultura familiar e para a pequena produção.

A definição da natureza do trabalho, das estratégias e da execução é realizada permanentemente pelas articulações institucionais e pelas parcerias em todos os níveis. Nos municípios, a extensão é realizada por meio de termos de cooperação em parcerias com as prefeituras e as respectivas secretarias (normalmente a Secretaria de Agricultura e Abastecimento), garantindo o acesso aos serviços necessários ao desenvolvimento das comunidades no meio rural.

Os sindicatos rurais e sindicatos de trabalhadores da agricultura, as cooperativas e associações de agricultores são essenciais na execução de todo o processo, participando efetivamente no apoio à produção e à comercialização dos produtos agrícolas.

Nas esferas **regionais** e na esfera **estadual**, o processo de parcerias se fortalece nas relações com as instituições vinculadas aos Sistemas Estaduais de Agricultura e empresas cuja rede de projetos se aplica à população do meio rural. Essas entidades, instituições ou organizações participantes dos sistemas de Ater atuam de forma integrada com as prefeituras municipais. Para cada município são definidas as prioridades, projetos, atividades básicas a serem desenvolvidas, públicos e resultados a serem alcançados na promoção do desenvolvimento rural e melhoria da qualidade de vida das famílias.

Fora do governo, o processo de parceria é forte com as entidades de representação dos agricultores e produtores - Federação dos Agricultores, Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Federação dos trabalhadores da Agricultura familiar - , com as cooperativas (OCB), o SEBRAE, o SENAR e as instituições de crédito rural, principalmente o Banco do Brasil, com as quais se executam as ações de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS).

Além dessas instituições, não podemos deixar de mencionar também a importância das empresas fornecedoras de insumos e suplementos agrícolas, bem como as empresas de comercialização e industrialização de produtos agropecuários, que possuem uma ampla estrutura para oferecer assistência técnica aos produtores, sobretudo os de médio e grande porte.

Tópico 2: Entidades participantes do Sistema Nacional de Ater

A extinção da Embrater, em 1990, representou a desorganização de todo o sistema oficial de assistência técnica e extensão rural, resultando na perda da organização e articulação das instituições executoras, provocando o sucateamento da estrutura até então vigente. Em consequência, foi iniciada uma discussão a respeito da execução de políticas públicas e programas governamentais de desenvolvimento rural por meio das organizações não-governamentais, dos sindicatos e das associações, de cooperativas e de empresas privadas.

Mas, qual foi a participação dessas organizações e entidades na história da Ater? É o que você conhecerá neste tópico no qual apresentaremos as organizações e entidades participantes do sistema nacional de Ater no decorrer dos anos.

1. Arcabouço institucional da Assistência Técnica e Extensão Rural

Assim como a extinção da Embrater, em 1990, o Movimento dos Sem Terra (MST) e o movimento sindical de trabalhadores rurais, liderados pela Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (Contag), desenvolveram ações visando dar legitimidade política à proposta de uma nova categoria: o agricultor familiar. O conceito de agricultura familiar influenciaria, posteriormente, as políticas públicas no restante dos anos 90, com o aumento das ações de reforma agrária e fortalecimento dessa categoria específica de produtores rurais.

Assim, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujos recursos cresceram a cada safra. Durante a sua consolidação, houve a reivindicação dos movimentos sociais por um serviço de Ater público, gratuito e de qualidade. Com isso, cresceu o interesse em estruturar um modelo institucional descentralizado, pluralista e gratuito de assistência pública estatal e não estatal.

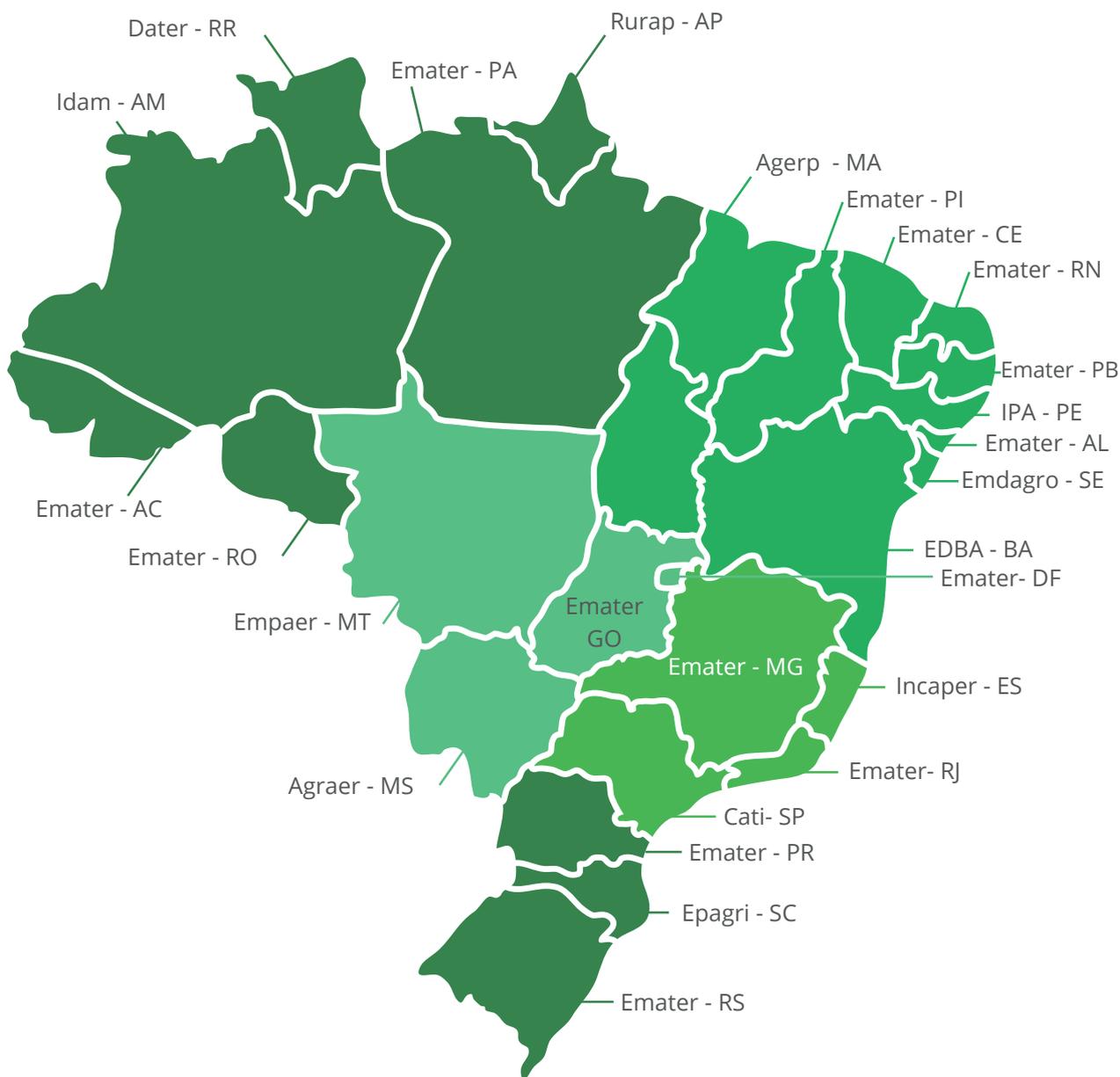
Em maio de 2016, houve a fusão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), constituindo-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) que, como coordenador do sistema de Ater pública, certamente terá um importante papel no desenvolvimento do modelo nacional de assistência pública e extensão rural no Brasil.

Assim, vemos que a evolução do agronegócio nacional está fundamentada na implementação de diversas políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais, por intermédio de variados tipos de profissionais de assistência técnica e extensão rural.

O meio rural é o alvo das políticas realizadas por todos os serviços públicos e privados de Ater, baseados na educação continuada e assistida, não formal, com vantagens econômicas, sociais e ambientais a toda a sociedade. A Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) é a representante institucional e política desse grande sistema público de Ater que atua em rede com parceiros da sociedade civil, órgãos de governo e empresas privadas.

Os agentes de transformação são os mais de 16 mil extensionistas rurais, presentes em 96% dos municípios do país. Esses profissionais aliam as ações técnicas e as políticas públicas, divulgam investimentos públicos e os fazem chegar ao campo, mobilizando as lideranças e as comunidades beneficiadas.

A figura a seguir mostram as principais instituições públicas de Ater do País.



Legenda: Entidades participantes do Sistema Nacional de Ater

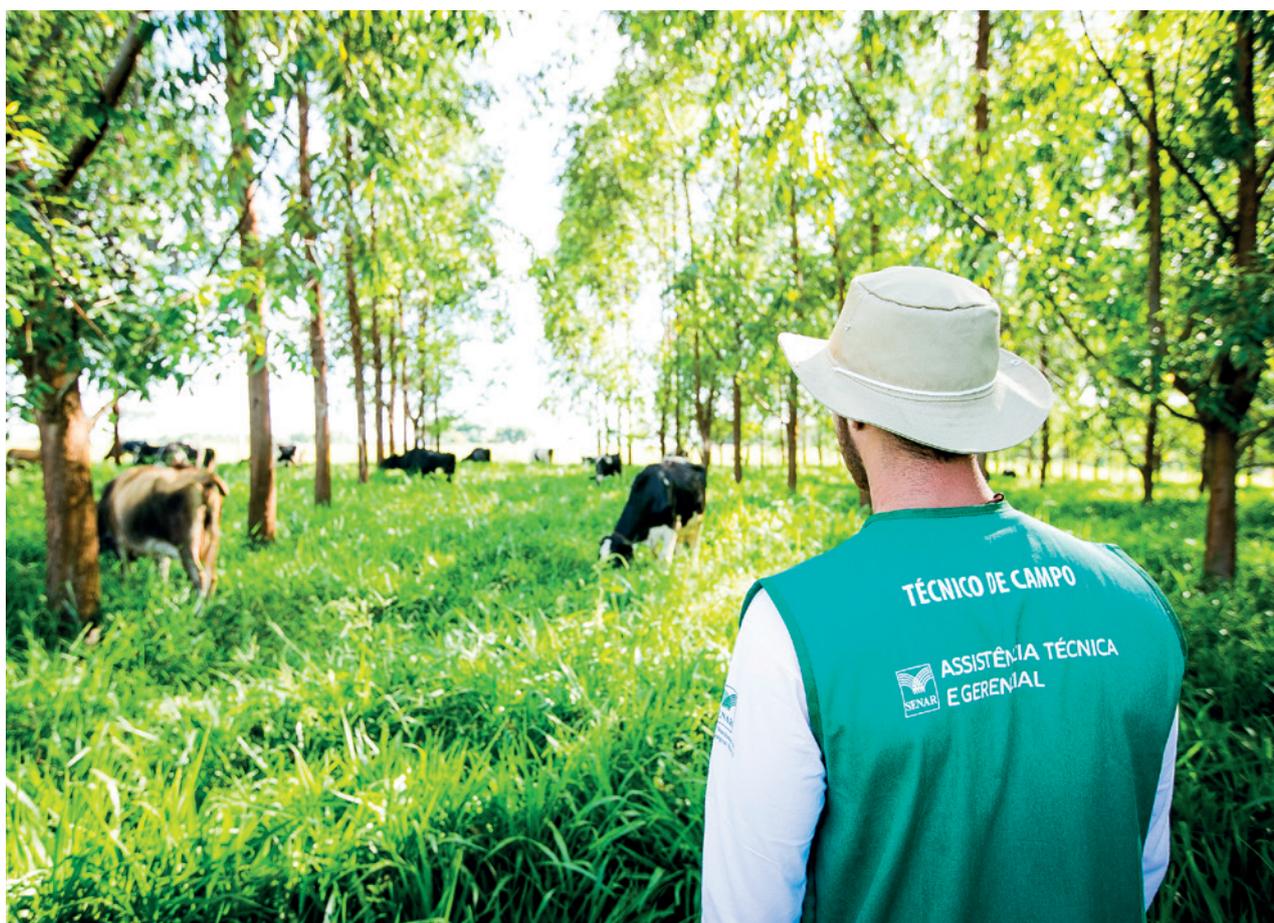
Fonte: ASBRAER (2014).

Com o propósito de coordenar as políticas de extensão rural e assistência técnica no Brasil, foi criada em 2013, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), a Anater tem o papel de promover, estimular, coordenar e implementar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à inovação tecnológica e a difusão de conhecimentos científicos. Além disso, também apoia a utilização de tecnologias sociais e dos saberes tradicionais utilizados pelos produtores rurais, assim como o fomento ao aperfeiçoamento e adoção das novas técnicas. A Anater surgiu no intuito de firmar parcerias com os órgãos estaduais, instituições e empresas de assistência técnica e extensão rural e também compatibilizar a atuação em cada unidade da federação, ampliando a cobertura da prestação de serviços aos beneficiários. Poderá ain-

da celebrar acordos e outros instrumentos de cooperação com organismos internacionais e instituições estrangeiras.

Tópico 3: Modelo de Assistência Técnica e Gerencial do SENAR

O recente modelo de serviço de assistência técnica criado pelo SENAR, denominado Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), representa mais um grande esforço e contribuição da iniciativa privada e do agronegócio para a dinamização, crescimento e desenvolvimento sustentável dos negócios rurais do País. Constitui, também, uma oportunidade de acesso ao mercado de trabalho para os técnicos do Agronegócio e de desenvolvimento de pequenos e médios produtores e produtores familiares, no sentido de superar uma importante deficiência que hoje prejudica o crescimento das propriedades rurais, que é a sua **gestão**.

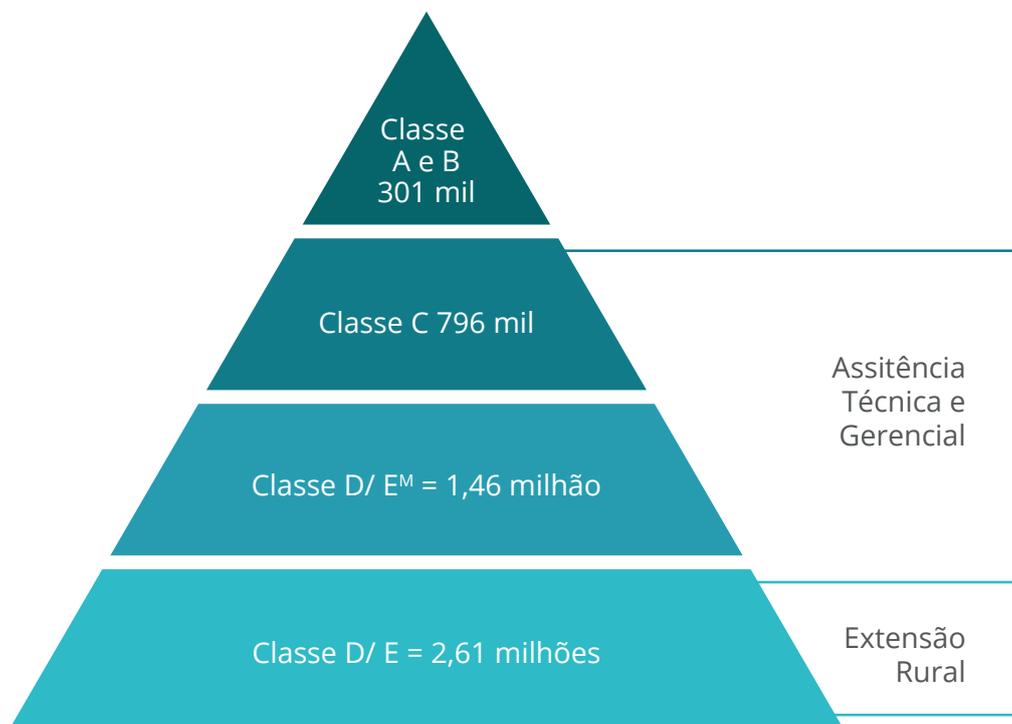


Legenda: Modelo de Assistência Técnica e Gerencial do SENAR

Fonte: Banco de imagens do SENAR (2016).

O Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR) atua há mais de 20 anos com Formação Profissional Rural (FPR) e Promoção Social (PS) das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do país.

A estrutura nacional do SENAR, considerando sua capilaridade, missão e objetivos estratégicos, técnicos e operacionais voltados para a educação rural, criou, a partir de 2013, a **Metodologia ATeG**, buscando atender aos produtores da classe C e promover a ascensão dos produtores das classes D e E para classe superior, conforme esquema da figura abaixo.



Classe	Valor da renda líquida mensal	
	Sem correção	Corrigido
A/B	Acima de R\$ 4.083,00	Acima de R\$ 6.848,00
C	R\$ 947,00 a R\$ 4.083,00	R\$ 1.588,00 a R\$ 6.848,00
D/E	Inferior a R\$ 947,00	Inferior a R\$ 1.588,00
Não informantes	-	-

Dados corrigidos pelo IGP/ DI de 6/2015

Legenda: Classes de Produtores Rurais no Brasil - Atuação do ATeG.

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE).

O Programa de ATeG do SENAR tem como princípio a **capacitação gerencial** dos produtores e a **transferência de tecnologias**, contribuindo para o desenvolvimento das várias cadeias produtivas do agronegócio. Com isso, o papel do técnico, com uma metodologia educacional específica baseada na andragogia, mostra-se um fator determinante para o incremento de renda e melhoria de vida dos produtores e trabalhadores rurais.

Pressupõe-se que os produtores das classes A e B, com melhores condições de orçamento, possam contratar sua própria assistência técnica. Assim, as propriedades das classes C, D e E têm prioridade no atendimento pelo modelo ATeG do SENAR.

O objetivo é atender a produtores rurais de todas as regiões brasileiras, possibilitando o acesso a um modelo de assistência técnica associado a uma forte capacitação gerencial, incorporando inclusive as ações de Formação Profissional Rural e de Promoção Social tradicionalmente executadas pelo SENAR.

A ATeG tem objetivos específicos voltados para o produtor e para o técnico, que são os seguintes, de acordo com a Administração Central do SENAR:

Produtor

- Capacitar para o empreendedorismo e a gestão sustentável do negócio.
- Elevar a renda e a produtividade, buscando eficiência e eficácia.
- Aumentar a rentabilidade.
- Estabelecer o perfil tecnológico, social e econômico dos produtores atendidos.
- Elaborar o planejamento estratégico das propriedades atendidas.

Técnico

- Propiciar acesso ao mercado de trabalho.
- Desenvolver a formação continuada.
- Formar técnicos extensionistas competentes, diversificados e com foco na gestão do negócio rural.

Na estrutura operacional da ATeG é previsto que um técnico assista de 25 a 30 produtores e que, para até 15 técnicos de campo, haja um supervisor. Os supervisores respondem a um coordenador estadual. O monitoramento técnico e econômico do sistema de ATeG do SENAR é feito por meio de uma Central de Inteligência abrigada no SENAR Administração Central, em Brasília.

O processo de contratação da ATeG pelos produtores se dá por meio de uma reunião de sensibilização, a partir da qual deverá ocorrer a adesão. Uma vez formado o grupo de produtores, inicia-se o trabalho de ATeG, que se realizará por meio de uma visita mensal de 4 horas de duração.

A visita técnica deve ocorrer por meio dos seguintes passos:

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GERENCIAL



Legenda: Cinco passos da Assistência Técnica e Gerencial (ATeG)
Fonte: SENAR (2016).

Diagnóstico produtivo individualizado

O primeiro passo é a etapa de diagnóstico, que deve ser realizado nas primeiras visitas. Para isso, deve ser aplicado um Questionário Social, a ser respondido pelo produtor, para prover os dados para o diagnóstico. Aliado a isso, deve-se ter acesso ao inventário de recursos da propriedade e resgatar informações técnicas e econômicas, levantadas nas primeiras visitas do técnico de campo à propriedade assistida. Assim, é possível determinar parâmetros para realização do Diagnóstico Produtivo Individualizado.

Planejamento estratégico

Em sequência ao diagnóstico produtivo individualizado, deve ser elaborado o planejamento estratégico anual, conjuntamente pelo técnico e pelo produtor, com base no diagnóstico da situação atual. Como padrão para elaboração do planejamento estratégico anual das propriedades atendidas, a ATeG do SENAR utiliza o **método PDCA**, que busca o monitoramento e a adequação das estratégias, visando atender a todos os requisitos para alcance das metas propostas.

Método PDCA

O método PDCA, ou ciclo PDCA, é uma metodologia iterativa de gestão composta por quatro passos: planejar, fazer, checar e ajustar (do inglês *Plan-Do-Check-Adjust*). Ele é utilizado para implantar o controle e melhoria contínua de processos e produtos. Os técnicos da ATeG estão capacitados para a aplicação desse método.

Adequação tecnológica

No terceiro passo vem o momento de se adequar as tecnologias previstas no planejamento, com a execução de controles e monitoramento do processo produtivo, com todos os registros necessários ao acompanhamento da produção feitos pelo produtor, com o monitoramento e auxílio do técnico, por meio de um *software* e de cadernos próprios do SENAR.

Capacitação profissional complementar

No quarto passo tem-se a oportunidade de realização de treinamentos de capacitação do portfólio do SENAR para os produtores dos diversos grupos. As ações de Formação Profissional Rural e de Assistência Técnica e Gerencial se complementam no processo de atendimento às demandas dos produtores rurais. O técnico de campo contribuirá na identificação das necessidades de capacitação dos produtores assistidos. Dessa forma, ao serem apontadas as principais carências relacionadas ao processo produtivo, é possível fazer ações direcionadas, que tragam mais efetividade ao desenvolvimento técnico e gerencial das propriedades. Por exemplo, a realidade detectada pelo técnico pode indicar a necessidade de habilitar os produtores a fazer o controle integrado de pragas, reduzindo a aplicação de inseticidas, ou de melhorar as condições do solo com práticas de adubação orgânica, ou de recuperar nascentes.

Avaliação sistemática de resultados

No quinto passo, completado o primeiro ciclo produtivo, os técnicos de campo, juntamente com o produtor, fazem a avaliação do modelo de produção e dos resultados alcançados com base nos indicadores de desempenho estabelecidos no planejamento da propriedade. Assim, é possível identificar a evolução em relação à adoção de tecnologias, à produtividade e à rentabilidade.

Os dados técnicos e econômicos registrados diariamente pelo produtor são compilados e posteriormente lançados em *softwares* específicos pelos técnicos de campo. A partir disso, é possível obter informações acerca do custo de produção de cada atividade, propiciando parâmetros para a tomada de decisão durante o gerenciamento das propriedades atendidas. Esses dados coletados durante as visitas são encaminhados ao supervisor para sua validação e armazenamento na central de inteligência do SENAR.



Comentário do autor

O acompanhamento sistemático dos dados da propriedade possibilita que a equipe técnica interprete e avalie os indicadores técnicos e econômicos da atividade, e, juntamente com o produtor, tome decisões assertivas, visando ao desenvolvimento da propriedade.

Assim, o SENAR é capaz de prover ao produtor rural um modelo de orientação de tecnologia associado ao apoio gerencial que priorize a gestão da atividade de forma economicamente eficiente e, com isso, permita alcançar mudanças efetivas no ambiente das empresas e propriedades rurais, trazendo mais produtividade, renda e qualidade de vida para o campo.

Encerramento do tema

Neste tema você pode identificar a organização institucional das entidades participantes e responsáveis pela condução dos serviços de extensão rural e assistência técnica no país. A maioria das organizações de assistência técnica e extensão rural focaliza temas relativos à agricultura familiar, sob diretrizes e aporte de recursos financeiros do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Além disso, você estudou sobre como a gestão da Ater pública é compartilhada entre representantes do governo federal, por meio da Anater, de instituições estaduais, entidades de representação da agricultura familiar e organizações representativas da sociedade civil que atuam na promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Por fim, você conheceu um pouco sobre a ATeG, o modelo de assistência técnica e gerencial que está em desenvolvimento e implantado pelo SENAR, sendo que, além de levar assistência técnica ao produtor rural de pequeno e médio porte, dá ênfase ao planejamento e à gestão das propriedades, visando sua sustentabilidade econômica e ambiental.

Atividades de aprendizagem

1. O foco da Ater pública sempre foi contribuir com o desenvolvimento rural sustentável por meio de ações de assistência técnica voltadas ao aumento da renda dos negócios rurais e dos próprios agricultores, à melhoria da qualidade de vida da população do meio rural, o aumento da competitividade da agricultura e à preservação dos recursos naturais. Para isso, conforme a Pnater, conta com alguns participantes do Sistema Nacional Descentralizado de Ater. Assim, assinale a alternativa que apresenta apenas entidades, instituições ou organizações participantes do Sistema Nacional Descentralizado de Ater.
 - a) As instituições públicas estatais de Ater (municipais, estaduais e federais).
 - b) Redes e consórcios envolvidos com atividades rurais.
 - c) Escolas Família Agrícola que ofereçam serviços de cooperativa.
 - d) As empresas privadas que comercializam produtos agrícolas;
 - e) Cooperativas de técnicos e de agricultores conveniados ao setor privado.
2. A evolução dos serviços de Ater no Brasil teve como um dos marcos a estruturação das entidades estaduais de Ater. Nesse processo, a finalidade foi estabelecer um padrão para os serviços de assistência técnica e extensão rural com abordagem adequada aos diferentes públicos e regiões, e otimizar a utilização de recursos. Assim, assinale a alternativa correta.
 - a) A Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) é a representante institucional do sistema público de Ater.

- b)** São consideradas instituições promotoras dos serviços de Ater nos estados todas as Secretarias estaduais de Agricultura e Abastecimento.
 - c)** Os recursos para Ater disponibilizados aos estados são provenientes das políticas públicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).
 - d)** O principal público dos serviços oferecidos pelas entidades estaduais de Ater são a agricultura empresarial, visando o desenvolvimento rural sustentável.
 - e)** A Embrapa é a entidade responsável pela coordenação de todos os serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil.
- 3.** O Programa de Assistência Técnica Gerencial (ATeG) do SENAR, tem como princípio a capacitação e transferência de tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento das várias cadeias produtivas junto ao agronegócio. Com isso, o papel do técnico com metodologia educacional específica, mostra -se de extrema importância como fator determinante para o incremento de renda e melhoria de vida dos produtores e trabalhadores rurais. Considerando a metodologia trabalhada, assinale a alternativa correta.
- a)** O principal objetivo é trabalhar com os técnicos do serviço público de assistência técnica e extensão rural.
 - b)** É necessário a realização de parcerias através de convênios com as prefeituras para a disponibilização de um técnico extensionista.
 - c)** A ATeG possibilita o acesso a um modelo de assistência técnica associado a uma capacitação gerencial, incorporando as ações de Formação Profissional Rural e de Promoção Social.
 - d)** Identifica e propõe políticas públicas voltadas para os agricultores familiares.
 - e)** Prioriza a oferta de assistência técnica e gerencial aos produtores das classes A e B.
- 4.** O sistema de assistência técnica e de extensão rural atua em todo o país, conta com recursos federais e estaduais, e tem importância, características e intensidades diferenciadas nas distintas regiões do Brasil. Sobre o sistema da Ater no Brasil, assinale a alternativa correta.
- a)** A Anater tem como papel o credenciamento de entidades públicas e privadas, a qualificação dos profissionais de Ater e a contratação e disponibilização desses serviços.
 - b)** O sistema da Ater conta com previsão orçamentária exclusiva no Mapa, que atende diretamente aos usuários da assistência técnica.
 - c)** As prefeituras não podem participar do sistema da Ater e alocar recursos próprios para financiar o funcionamento deste.

- d) As empresas privadas não podem ser contratadas com recursos governamentais para prestar serviços de assistência técnica a pequenos produtores.
 - e) A assistência técnica oficial prestada aos agricultores familiares que se beneficiam do crédito rural oficial ocorre mediante pagamento.
5. As atividades de Ater ainda são muito limitadas no Brasil, sendo praticadas em um baixo número de estabelecimentos rurais em nível nacional. Em busca da ampliação na oferta de assistência técnica e gerencial de qualidade, há um empenho de diversas instituições no intuito de fortalecer as políticas públicas estabelecidas e promover o desenvolvimento dos produtores rurais no país. Com todo esse histórico, é possível afirmar que:
- a) o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) cria barreiras aos rumos da Ater pública no Brasil.
 - b) o MST e a Contag desenvolveram ações visando fortalecer a política de uma nova categoria: a agricultura empresarial.
 - c) a Embrater promove a organização de todo o sistema oficial de assistência técnica e extensão rural no país.
 - d) os sindicatos rurais não podem firmar parcerias para garantir o acesso aos serviços de extensão rural necessários ao desenvolvimento do campo.
 - e) os extensionistas rurais são agentes de transformação que aliam ação técnica e políticas públicas direcionadas ao campo.

07

Boas Práticas de
Assistência Técnica e
Extensão Rural

Tema 7: Boas Práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural

Este tema reúne o que se refere ao perfil desejado do extensionista e a forma como ele deve se preparar para que os objetivos da Ater sejam atingidos. Podemos afirmar que o sucesso de um programa, projeto ou ação depende, fundamentalmente, das pessoas que os executam, na busca pela promoção do desenvolvimento rural com sustentabilidade econômica, social e ambiental.



Comentário do autor

Ao final deste tema, você será capaz de:

- Compreender o perfil do extensionista para o bom desempenho da Ater.
- Compreender como a assistência técnica e extensão rural pode estimular sua atuação como agente de mudanças.

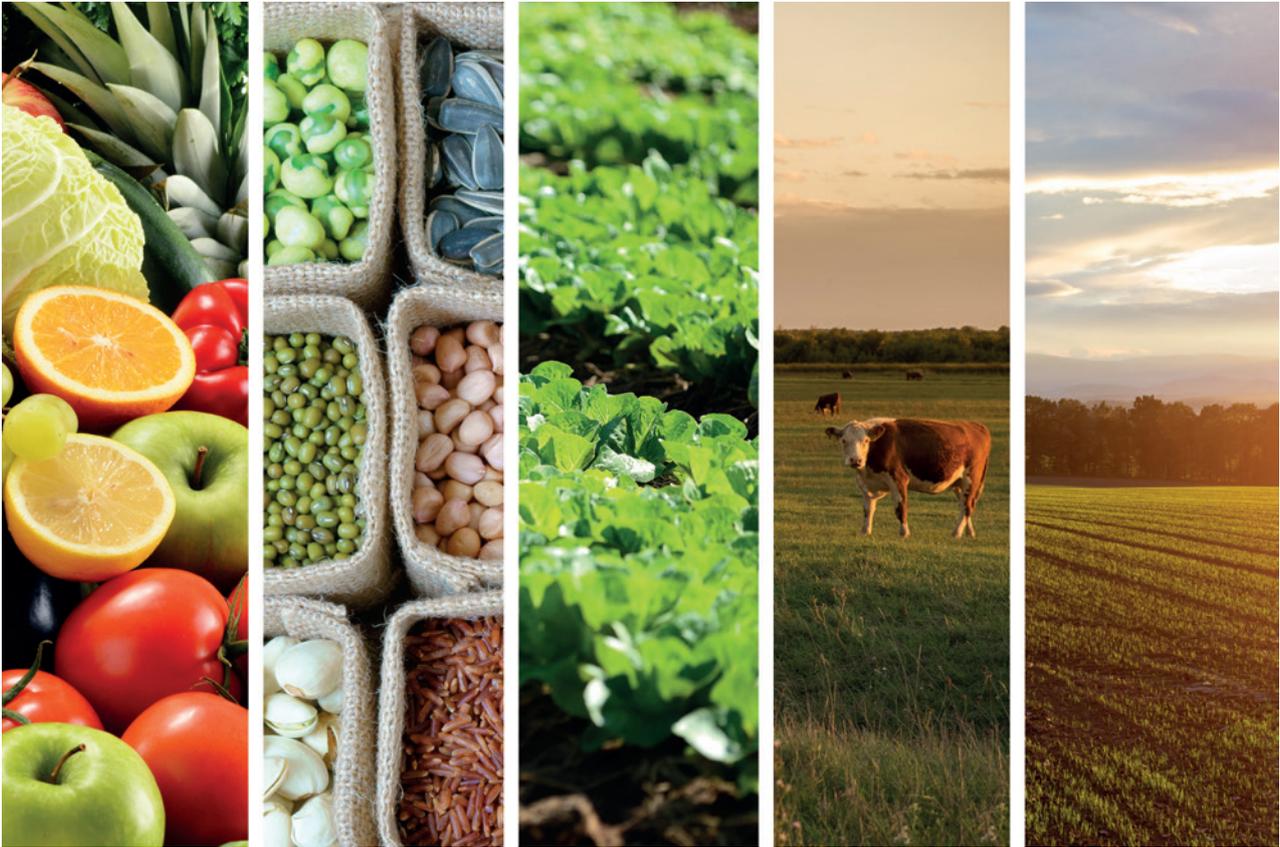
99

Tópico 1: O extensionista e o seu desempenho

Qual é o grande trunfo de todo o processo de Ater? A resposta é simples, o cultivo de relações interpessoais! As tecnologias são importantes, mas o processo de sua adoção, antes de tudo, passa pelas pessoas e o extensionista é muito relevante para que isso aconteça.

Este tópico enfatiza o extensionista e seu desempenho junto aos produtores rurais, no sentido de levar à adoção de tecnologias e práticas que melhorem sua renda e qualidade de vida.

O profissional da Ater, como técnico de campo, é responsável direto pelo atendimento aos produtores rurais, utilizando dos diferentes métodos apresentados no Tema 4. Em quaisquer deles, o foco é transmitir conhecimentos relacionados com as técnicas de produção e gestão das diversas cadeias de produção.



Legenda: Diferentes produtos do agronegócio vêm de diferentes cadeias de produção.
Fonte: Shutterstock.

Para tanto, é essencial que o profissional tenha formação técnica na área, preferencialmente nos cursos de Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Técnico Agrícola, Técnico em Agronegócio ou afins, conforme a cadeia produtiva. Mas, acima de tudo, é preciso que o técnico de campo tenha habilidades para abordar e se relacionar com os produtores, empregados e suas famílias. O extensionista é um agente de mudanças e, como tal, precisa ter uma boa capacidade de análise, síntese e, acima de tudo, de convencimento.

1. Perfil e atribuições do extensionista

O desenvolvimento de habilidades e a atualização constante são essenciais para o sucesso profissional e pessoal do extensionista e do técnico em agronegócio. Entretanto, não basta ter uma boa formação escolar e ser um bom técnico, é preciso que saiba usar o seu conhecimento e compartilhá-lo de forma adequada. Nesse sentido, é comum encontrarmos no meio rural muitas frustrações nos programas de Ater, pois as tecnologias têm que ser aplicadas em consonância com a capacidade do homem do campo de adotá-las. Por isso, é preciso que as suas propostas, como extensionista, agreguem valor à atividade do produtor e sua família, viabilizando ganhos econômicos e de qualidade de vida suficientes para justificar as novas tecnologias e conhecimentos levados pelo técnico.

As tecnologias precisam ser compatíveis com cada produtor e, no Brasil, esse público é muito heterogêneo no que se refere à escolaridade, habilidade, disponibilidade de recursos, entre outros. Para superar todos estes desafios, o **perfil** de um técnico como extensionista deve incluir:



Fonte: Banco de imagens do SENAR (2016).

- discrição pessoal e institucional;
- fluência comportamental positiva;
- bom conhecimento técnico atualizado;
- boa capacidade de comunicação;
- comprometimento;
- capacidade analítica;
- capacidade de síntese;
- coerência, acreditando naquilo que preconiza;
- flexibilidade;
- pontualidade;
- honestidade;
- persistência.

Além disso, suas atribuições devem incluir ações como (SENAR, 2016):

- Transmitir as mensagens com clareza e objetividade.
- Acompanhar as propriedades no aspecto técnico, gerencial, social e ambiental, visando gerar recomendações que viabilizem uma **maior rentabilidade da propriedade atendida**.
- Promover a implantação de soluções que contribuam para melhorias ou mudanças importantes no cotidiano de trabalho das propriedades.
- Planejar as atividades **criando sempre indicadores e metas** que permitam monitorar o desempenho das soluções propostas.
- Analisar as situações encontradas de forma holística, abrangendo todos os aspectos que podem influenciar uma mudança do perfil das propriedades assistidas.
- Adaptar-se às mudanças e necessidades emergentes.



Atividades para praticar em casa

Propomos aqui uma reflexão importante a um futuro Técnico em Agronegócio: como você se considera olhando o perfil e as atribuições do técnico que vai exercer a função de extensionista? Identifique as características nas quais você se destaca (suas forças) e aquelas que ainda precisam ser melhoradas (suas fraquezas). Isso ajudará a aperfeiçoar ainda mais sua formação!

O técnico contratado para desempenhar a função de extensionista precisa ser muito bem treinado para o exercício de tal função. Ele necessita conhecer profundamente o produtor, sua família, seus costumes e suas dificuldades. Assim será mais fácil aproximar-se dele e conquistar sua confiança, viabilizando a adoção de tecnologias a ele propostas.

Historicamente, as instituições de Ater no Brasil adotam a rotina de capacitar todos os técnicos que entram para o sistema. Mesmo assim, os conhecimentos tecnológicos adquiridos nos bancos das escolas em geral não preparam os técnicos para tratar com o homem do meio rural. A grande diversidade de escolaridade, renda, costumes, crenças, valores e tradições das pessoas que vivem no campo requerem do extensionista muito preparo para lidar com tantas diferenças.

O técnico que vai trabalhar com o produtor rural, seus empregados e suas famílias, necessita se capacitar para trabalhar com a educação de adultos, com base nos conceitos e princípios da andragogia. Como vimos no tema 4, trata-se de uma área de estudo que tem como objetivo ajudar na educação e no desenvolvimento de adultos e, portanto, tem características específicas. Assim, entendemos que a sala de aula não deve ser o local único e o preferido para capacitar produtores rurais. É sempre melhor que eles tenham atividades de treinamentos mais próximas do local onde as suas operações produtivas acontecem.

Baseado nesse conceito, o SENAR adotou o lema: “aprender a fazer, fazendo”. Isto quer dizer que é sempre recomendável usar técnicas de demonstração de métodos ou resultados quando se pretende introduzir uma tecnologia. Não basta ao técnico conhecer as tecnologias e não saber como “repassá-las” para os produtores.

Pode-se dizer que muito do insucesso nos processos educativos e de assistência técnica passa pela falta de competências e habilidades dos técnicos. A propósito, é comum o técnico, pelo “instinto de defesa”, justificar falta de bons resultados por falhas do produtor, o que, muitas vezes, é na verdade, falha do próprio técnico no seu processo de comunicação com o produtor.

Mas qual é papel do técnico extensionista como agente de mudanças? De quem é o grande desafio de levar o conhecimento ao homem do campo? Como o próprio nome diz, compete ao agente de mudanças promover as mudanças. É dele o desafio de estimular o produtor a entender as necessidades de fazer diferente para melhorar sua renda e a qualidade de vida e de sua família.

Aqui chamamos a atenção para as medidas de impacto, que são aquelas medidas simples que proporcionam resultados imediatos e contribuem para conquistar a confiança sempre que se inicia um trabalho com algum produtor. Por exemplo, formar lotes de vacas para suplementar o concentrado conforme a produção de cada lote, formular ração, calcular o custo de produção e fazer manutenção adequada das máquinas.



Comentário do autor

Você, que está se preparando para desempenhar um trabalho de desenvolvimento rural, não perca tempo. Procure se preparar sempre lendo, estudando e fazendo cursos de aperfeiçoamento. As mudanças são as grandes certezas do mundo moderno e os técnicos que desejam se sustentar e crescer, profissional e pessoalmente, não podem deixar de acompanhá-las. É preciso buscar, diuturnamente, contatos com as Universidades, com os Centros de Pesquisa e com as empresas do agronegócio. A Embrapa e as empresas estaduais de pesquisa e extensão rural, por meio de suas diversas unidades estabelecidas em todo o país, reúnem muitos conhecimentos para serem repassados ao setor produtivo e realiza periodicamente dias de campo e cursos para disseminar o uso das tecnologias. Use e abuse da internet para buscar, no setor público e privado, as informações e conhecimentos que melhor atendam aos produtores rurais que você assiste. Sempre que possível, vá a congressos, faça cursos, procure ler muito sobre os assuntos relacionados com seu trabalho.

3. Experiências exitosas

Nas leituras complementares sugeridas a seguir você poderá conhecer alguns casos de sucesso da atuação da Ater.



Leitura complementar

Projeto: Consórcio Empresarial entre Cooperativas da Agricultura Familiar.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para implantação do Consórcio Empresarial de Cooperativas da Agricultura Familiar, um modelo de gestão conjunto em oportunidade de negócio, aproveitamento de estrutura e aquisição de insumos, propiciando menos custo e mais rentabilidade.

Entidade: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR).
Contatos: (41) 3250-2166.

Autor: José Custódio Canto Guimarães Junior, técnico de organização rural.

Agricultores familiares: 2.500 associados a 10 cooperativas da agricultura familiar.

Localização: região metropolitana de Curitiba (PR).

Acesse o projeto: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_1035/Oficial%20Emater%20-%20PR%20%28cooperativismo%29.pdf



Leitura complementar

Projeto: Um quintal que faz diferença: o projeto de assentamento Cristalina com produção integrada nos seus quintais e nas suas casas.

Resumo: Assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares em assentamento da Reforma Agrária, que oportunizou a produção sustentável de hortaliças para comercialização privada e autoconsumo, diversificando o hábito alimentar das famílias e potencializando a participação das mulheres.

Entidade: Cooperativa Terra Livre/RN Contatos: Fone: (84) 3314-7328.

Coordenador: Sâmia Cristina Cavalcante Martins.

Agricultores familiares: Seis famílias do assentamento.

Localização: sítio Santa Maria, no assentamento Cristalina, no município de Mossoró (RN).

Acesso o projeto: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_1035/Oficial%20Terra%20Livre%20RN%20%28agroecologia%29.pdf



Leitura complementar

Projeto: Agroecologia, agricultura orgânica e Ater participativa e inclusiva: bases para a sustentabilidade da agricultura familiar.

Resumo: Assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares da região sul do Espírito Santo, desenvolvendo todo o espectro da sustentabilidade (renda, respeito à natureza e justiça social). O resultado: a organização formal dos produtores, o cultivo agroecológico, a certificação participativa, o acesso a mercados institucionais e a comercialização privada.

Entidade: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

Contatos: Fone (27) 3636-9888

Coordenador: Fábio Lopes Dalbom, agente de Extensão em Desenvolvimento Rural da Incaper.

Agricultores familiares: Cooperativa dos Agricultores Familiares Sul Litorânea do Estado do Espírito Santo (Cafsul) Contatos: Fone (28) 3537-1795

Associação dos Agricultores Familiares Tapuio Ecológico. Contatos: Fone: (28) 3537-1795

Localização: município de Iconha (ES).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/incaper-agro

4. O crédito rural e o serviço de extensão rural



Legenda: Estratégias de financiamento são importantes táticas de incentivo e orientação da produção agropecuária.
Fonte: Shutterstock.

O crédito rural é considerado um forte instrumento de incentivo à produção e comercialização, armazenamento, beneficiamento e industrialização agropecuária. Logo, os governos sempre se preocuparam em desenvolver estratégias para o financiamento da produção agropecuária. Atualmente, por meio dos “planos safra anuais”, o governo federal estabelece mecanismos de crédito e financiamento da agropecuária nacional, a fim de incentivar e orientar a sua produção.



Leitura complementar

Se quiser conhecer mais sobre o plano safra, recomendamos a leitura do Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017. Este documento está disponível na biblioteca do AVA. Não deixe de conferir!

O volume de recursos direcionados, incluindo o crédito rural a juros compatíveis com o setor, a ser disponibilizado aos produtores rurais e às suas cooperativas no ano safra (julho do ano corrente a junho do ano seguinte) é sempre dependente da disponibilidade orçamentária do Tesouro Nacional, mas geralmente atende às necessidades da agropecuária e do agronegócio.



Atenção

A Lei nº 4.829/1965 considera o crédito rural como o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas associações, para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos abaixo relacionados:

- Financiar os **investimentos rurais**, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização de produtos rurais, feitos pelos produtores ou por suas associações;
- Financiar o **custeio da produção e comercialização** de produtos agropecuários;
- Fortalecer economicamente o setor rural, em especial pequenos e médio produtores;
- Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) é formado pelas seguintes instituições:

- Banco Central do Brasil
- Banco da Amazônia S/A
- Banco do Nordeste S/A
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- Caixa Econômica Federal
- bancos privados e estaduais
- cooperativas de crédito rural
- sociedades de crédito, financiamento e investimentos.

No âmbito desse sistema, há uma forte interação entre a esfera pública—que direciona, determina, institui normas e fontes de recursos e fiscaliza – e a esfera privada, para a oferta de empréstimos ao produtor rural, em uma rede financeira que abrange todo o território nacional.

Então, como funciona o crédito rural no Brasil?

O crédito rural financia as despesas normais de atividades de **custeio** (despesas realizadas dentro de um ciclo produtivo) e de **investimento** em bens e serviços, cujo aproveitamento se estenda por vários ciclos produtivos, e de **comercialização** da produção agropecuária.

Como exemplo de custeio podemos citar a ração para vacas de leite, aves e suínos; como investimento citamos o trator e os implementos agrícolas ou as benfeitorias (como galpões ou salas de ordenha); como comercialização, podemos citar a venda antecipada da safra por meio de financiamento oficial.

O crédito rural pode ser utilizado pelo produtor rural (pessoa física ou jurídica) e suas associações, pelas cooperativas de produtores rurais e pela pessoa física ou jurídica que, mesmo não sendo produtor rural, dedica-se a uma das seguintes atividades (BCB, 2010):

	pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas;
	pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial;
	prestação de serviços mecanizados de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para a proteção do solo;
	prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais;
	exploração de pesca, com fins comerciais;

Fonte: Adaptado de Shutterstock.

Segundo o manual de crédito rural do Banco Central do Brasil (2010), para a concessão do crédito rural, exige-se do proprietário:

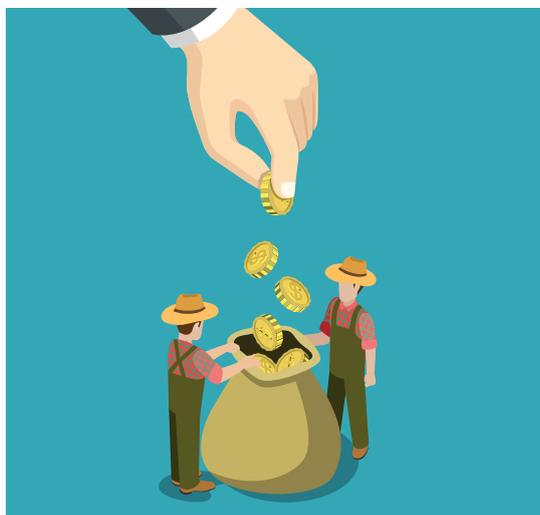
- apresentação de orçamento, plano ou projeto, a menos que sejam operações de desconto de nota promissória ou duplicata rural;
- oportunidade, suficiência e adequação de recursos;
- observância de cronograma de utilização e de reembolso;
- fiscalização pelo agente financiador;
- idoneidade do tomador;
- garantias para a obtenção do financiamento.

O produtor poderá decidir se há necessidade de assistência técnica para orientação e elaboração de projeto, a não ser que seja exigência do financiador ou quando em operações com

recursos oficiais. Normalmente é exigida a assistência técnica em projetos financiados, uma vez que as decisões do produtor podem comprometer sua capacidade de pagamento do empréstimo. Os custos de elaboração dos projetos e de assistência técnica normalmente fazem parte do financiamento.

Historicamente, já vimos no Brasil muito desvio de crédito e frustrações de produtores que não aplicaram corretamente o recurso conforme proposto, tanto por falta de orientação técnica como do uso inadequado dos recursos.

O Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2010) estabelece que o produtor poderá ser cobrado de despesas de remuneração financeira (juros), imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, custo de prestação de serviços (elaboração de projetos e assistência técnica), adicional do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), sanções pecuniárias e prêmio do seguro rural. Além dessas, nenhuma outra despesa pode ser exigida do proprietário que recebe o empréstimo, a não ser o valor exato dos gastos efetuados à sua conta pelas instituições financeiras ou decorrentes de disposições legais.



Fonte: Shutterstock.

A liberação do crédito rural pode ser feita de uma vez só ou em parcelas, em dinheiro ou depósito em conta, conforme as necessidades do empreendimento. Além disso, a utilização do crédito deve obedecer ao cronograma de aquisições e serviços previsto no projeto e também pode acontecer em valor cheio ou em parcelas, conforme os ciclos das atividades financiadas. Devem ser seguidos o prazo e o cronograma de reembolsos (pagamentos ao banco) estabelecidos, definidos segundo a capacidade de pagamento do produtor, de forma que os vencimentos ocorram nas mesmas épocas em que a propriedade rural assistida obtenha a renda oriunda da atividade financiada.

As linhas de crédito rural tradicionais são para custeio, investimento e comercialização agropecuária, mas, existem também linhas de crédito específicas, apoiadas por recursos do Tesouro Nacional, utilizadas na forma dos seguintes programas:

- Moderfrota (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras);
- Prosolo (Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos);
- Propasto (Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas);
- Proleite (Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelado da Produção de Leite);
- Prodamel (Programa de Desenvolvimento da Apicultura);
- Profruta (Programa de Apoio à Fruticultura);
- Prodecap (Programa de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura);

- Procaju (Programa de Desenvolvimento da Cajucultura);
- Sisvárzea (Programa de Sistematização de Várzeas);
- Prodevinho (Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Viticultura);
- Prodeflor (Programa de Desenvolvimento Sustentável de Floricultura);
- Proazem (Programa de Incentivo à Construção e Modernização das Unidades Armazenadoras em Propriedades Rurais);
- Proirriga (Programa de Apoio à Agricultura Irrigada);
- Prodecoop (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária);
- Procacau (Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cacaucultura);
- Propflora (Programa de Plantio Comercial de Florestas);
- Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos);
- outros programas de desenvolvimento rural (Pronaf, Pronatureza, Proger, Moderinfra, Moderagro, Prodeagroetc), operados por agentes financeiros credenciados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Banco Central é o órgão de controle do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com função de dirigir, coordenar e fiscalizar o crédito rural. Já o Conselho Monetário Nacional regulamenta o crédito rural por meio da edição de resoluções. É ele quem determina os percentuais que as instituições financeiras devem recolher dos depósitos à vista aos bancos para serem disponibilizados como crédito rural. É também o Banco Central que elabora e atualiza o Manual de Crédito Rural (MCR), documento que consolida todos os regulamentos do crédito rural no Brasil.

No que se refere à Ater, o Manual de Crédito Rural (BCB, 2015) destaca que:

cabe ao agente financeiro do crédito rural decidir, de acordo com as características do projeto técnico, se o produtor deve ou não contratar assistência técnica, podendo escolher a empresa ou profissional, para elaboração do plano ou projeto ou para prestação da orientação técnica. A assistência técnica pode ser prestada para grupos de até 20 pequenos produtores. No caso da contratação de cobertura do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), a assistência técnica é obrigatória, mas seu custo não pode exceder 2% do valor do projeto financiado.

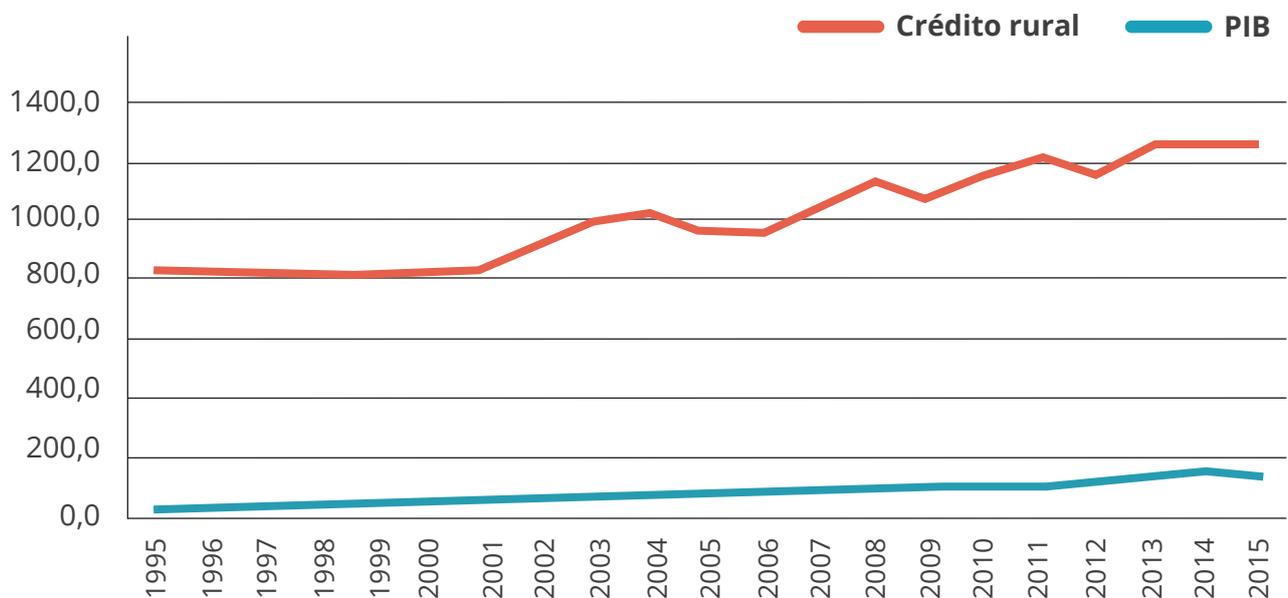


Leitura complementar

Acesse a biblioteca do AVA para conhecer o Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil. Neste documento, estão todas as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e as divulgadas pelo Banco Central do Brasil relativas ao crédito rural. É um material excelente para consulta e orientação.

O crédito rural é um instrumento de grande relevância para suportar a produção, o processamento e a comercialização da produção rural. Contudo, para que seja bem aplicado, é crucial que haja a devida orientação ao produtor, assegurando-lhe a orientação técnica e gerencial que lhe permita ter resultados econômicos para o pagamento do crédito tomado.

No gráfico a seguir é possível constatar que, no período de 1995 a 2015, o crescimento do crédito rural é menor do que o crescimento do PIB do Agronegócio. Isso significa, de um lado, que o agronegócio tem reduzido sua dependência do crédito rural e, de outro, que tem aumentado sua capacidade de se financiar com recursos próprios.



Legenda: PIB do Agronegócio e Crédito Rural
 Fonte: CEPEA (2016).

Encerramento do tema

Este último tema abordou quatro tópicos relevantes. O primeiro diz respeito à competência técnica do extensionista, seu perfil desejável e suas principais atribuições. No tópico seguinte, tratamos da necessidade do técnico extensionista de capacitar-se e reciclar-se continuamente. Sugerimos ainda a leitura de alguns casos publicados sobre iniciativas da Ater no Brasil, considerados de sucesso. Finalizando o tema, fizemos uma ampla abordagem do crédito rural e da necessidade desse instrumento de apoio estar atrelado à Ater.

Atividades de aprendizagem

1. É recomendável que as ações do extensionista, agreguem valor à atividade do produtor e sua família, viabilizando ganhos econômicos e de qualidade de vida suficientes para justificar as novas tecnologias e conhecimentos levados pelo técnico. Em relação as atribuições do extensionista, julgue as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a alternativa correta.
 - I. Acompanhar as propriedades no aspecto técnico, gerencial, social e ambiental, visando gerar recomendações que viabilizem uma maior rentabilidade da propriedade atendida.
 - II. Promover a implantação de soluções que pouco contribuem para melhorias ou mudanças importantes no cotidiano de trabalho das propriedades.
 - III. Transmitir as mensagens com clareza e objetividade.
 - IV. Planejar as atividades evitando a criação de indicadores e metas que, em geral, atrapalham o desempenho das soluções propostas.
 - V. Analisar as situações encontradas de forma sistêmica, abrangendo todos os aspectos que podem influenciar uma mudança do perfil das propriedades assistidas.
 - a) V-F-V-F-V
 - b) V-F-F-F-V
 - c) V-F-V-F-F
 - d) F-V-V-F-V
 - e) F-F-V-F-F

2. Os conhecimentos tecnológicos adquiridos nos bancos das escolas, em geral, não preparam os técnicos para tratar com o homem do meio rural. A grande diversidade de escolaridade, renda, costumes, crenças, valores e tradições das pessoas que vivem no campo requerem do extensionista muito preparo para lidar com as diferenças e uma das formas de se preparar é com a andragogia. Assim, assinale a alternativa que melhor conceitua a andragogia.
 - a) É a ciência que reúne técnicas que ajudam a compreender os jovens.
 - b) É uma palavra que tem o mesmo significado de pedagogia.
 - c) É uma técnica que ajuda a melhorar a relação dos pais com os seus filhos.
 - d) É uma área que nos permite educar e lidar melhor com os adultos.
 - e) É um estilo de vida que permite identificar-se com as diferenças.

3. O crédito rural é uma ferramenta que aliada às ações de Ater, favorece a adoção de tecnologias pelos produtores no meio rural e, dentre outras finalidades, financiam as atividades de custeio e investimento neste meio. Assinale a afirmativa correta sobre o conceito de investimento.
- a) São recursos financeiros obtidos pelo produtor para as atividades de custeio da produção.
 - b) É utilizado para financiar as atividades que vão ser amortizadas no longo prazo, como máquinas e benfeitorias.
 - c) É todo o dinheiro gasto dentro de um ciclo produtivo de uma cultura, como os fungicidas e inseticidas.
 - d) Podem ser utilizados tanto para atividades de curto e de longo prazos, como o financiamento de ração para as vacas no período de seca.
 - e) São recursos financeiros obtidos exclusivamente para investimento no ciclo produtivo de culturas perenes.
4. O crédito rural pode ser utilizado pelo produtor rural (pessoa física ou jurídica) e suas associações, pelas cooperativas de produtores rurais e pela pessoa física ou jurídica mesmo não sendo produtor rural. Assinale a resposta que contém as atividades podem ser contempladas pelo crédito rural.
- a) Produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas.
 - b) Produção de cavalos de raça para disputa de corridas.
 - c) Prestação de serviços mecanizados em imóveis urbanos.
 - d) Exploração de pesca esportiva nos principais rios do país.
 - e) Prestação de serviços industrializados para produções sustentáveis.
5. As linhas de crédito rural tradicionais são para custeio, investimento e comercialização agropecuária, mas existem também linhas de crédito específicas apoiadas por recursos do Tesouro Nacional e utilizadas por programas específicos. Assinale a alternativa que apresenta os programas que se aplicam na recuperação de pastagens degradadas.
- a) Propasto e Prodecoop
 - b) Proleite e Sisvárzea
 - c) Prodeflor e Moderfrota
 - d) Propasto e Prosolo
 - e) Proirriga e Propflora

Encerramento da unidade curricular

Ao finalizar esta Unidade Curricular, confiamos que seu conteúdo permita ao aluno compreender a relevância da Assistência Técnica e Extensão Rural no processo de desenvolvimento sustentável da comunidade rural brasileira. Por consequência, acreditamos que as competências adquiridas irão estimulá-lo e habilitá-lo a atuar como agente transformador do meio rural por meio da difusão de conhecimentos tecnológicos no meio rural.

A unidade curricular apresenta uma contextualização da realidade rural brasileira que permite ao aluno reconhecê-la e compreendê-la melhor. No momento seguinte, explicamos como a Ater se originou no Brasil, sua evolução e filosofia de atuação, estabelecidas nos seus princípios e diretrizes legais. Ainda no mesmo tema, pudemos conceituar a Ater do ponto de vista de processo, organização e educação.

No terceiro tema, é possível ao aluno reconhecer a importância do assunto e os desafios da Ater no processo de desenvolvimento rural sustentável. O tema 4 elenca as principais metodologias utilizadas pela Ater, os processos de comunicação e educação que podem ajudar na relação do técnico com o meio rural.

O tema seguinte aborda a Política Nacional de Ater, permitindo identificar como a mesma é tratada como política pública e qual o papel dos agentes do poder público e privado a respeito do tema. No sexto tema tratamos de apresentar os agentes de Ater, públicos e privados. Por fim, fechamos a unidade tratando da competência técnica do extensionista, seu perfil desejável e suas principais atribuições, a necessidade de capacitar-se e reciclar-se continuamente, e fizemos uma abordagem resumida do crédito rural e da necessidade deste instrumento de apoio estar atrelado a Ater.

Referências bibliográficas

114

ASBRAER. *Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um debate nacional sobre as realidades e novos rumos para o desenvolvimento*. Minas Gerais, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/TkNzhO>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *Manual de Crédito Rural*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei nº 4.829, de 05 de novembro de 1965. *Institucionaliza o crédito rural*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm>. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Lei nº 8.171, de 17 de Janeiro de 1991. *Dispõe sobre a política agrícola*. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm>. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. *Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências*. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, 2007. Disponível em: <www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater-4.doc>. Acesso em: 9 jun. 2016.

_____. *Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário*, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_1035/Oficial%20Emater%20-%20PR%20%28cooperativismo%29.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

BORDENAVE, J. E. D. *Comunicação Rural: discurso e prática*. In: XI Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1988.

CAPORAL, F.R.A. *Extensão rural e os limites à prática dos Extensionistas do serviço público*. 1991. 221 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, RS. Santa Maria, 1991.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Brasil, *Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

CEPEA. Centro de estudos avançados em economia aplicada. *PIB do Agronegócio CEPEA-USP/CNA*. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/pib/>> Acesso em 01 ago. 2016.

CHIAVENATO, I. *Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações*. São Paulo: Thomson, 2004.

EMATER. *O serviço público de assistência técnica e extensão rural no Brasil e a Lei 12.188/12 – Lei da Ater*. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/2a_Ceater/Texto_Base_Discussao.pdf> Acesso em: 13 jun. 2016.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS – FAPEG. *A Pesquisa na Agricultura – apresentações de palestrantes*. 2016. Disponível em: <<http://www.fapeg.go.gov.br/a-pesquisa-na-agricultura-apresentacoes-de-palestrantes/>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

GASQUES, J. G. et al. Produtividade da agricultura brasileira e os efeitos de algumas políticas. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 83-92, jul./set. 2012. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/248/208>>. Acesso em: 01 ago. 2016

GUADAGNIN, D. *Comunicação interpessoal e a administração rural: um estudo no Estado de Santa Catarina*. 1995. Dissertação (Mestrado Administração) Universidade Federal de Lavras.

KNOWLES, M. S. et al. *Andragogia em ação: aplicando princípios modernos de educação de adultos*. San Francisco: Jossey-Bass, 1984.

OLINGER, G. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

RODRIGUES, C. M. Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil. In: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, agosto, 1997.

ROGERS, M.E. *Diffusion of innovations*. 5nd ed., Free press, New York, 2003.

SILVA, N. G. da; MÜLLER, L. Comunicação rural: evolução x potencialidades. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 121-128, jan./abr. 2015.